o desafio de retratar o país

ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES DO IBGE NO PERÍODO DE 1985 A 2015

Nelson de Castro Senra
Silvia Maia Fonseca
Teresa Cristina Millions
Organização, introduções, entrevistas e notas

Vice-Presidente da República no Exercício do Cargo de Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Romero Jucá Filho

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando José de Araújo Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
José Sant'Anna Bevilaqua (em exercício)

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Centro de Documentação e Disseminação de Informações

o desafio de retratar o país

ENTREVISTAS COM OS PRESIDENTES DO IBGE NO PERÍODO DE 1985 A 2015

Nelson de Castro Senra
Silvia Maia Fonseca
Teresa Cristina Millions
Organização, introduções, entrevistas e notas

Rio de Janeiro
2016

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4374-1

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IBGE.

Capa

Simone Mello

Gerência de Editoração/Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI

O desafio de retratar o país : estrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015 / organização, introduções, entrevistas e notas: Nelson de Castro Senra, Silvia Maia Fonseca, Teresa Cristina Millions. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.
480 p.

ISBN 978-85-240-4374-1

1. IBGE - História. 2. Entrevistas. 3. Presidentes. 4. Memória. 5. História oral. 6. Bacha, Edmar Lisboa, 1943-. 7. Bivar, Wasmália Socorro Barata. 8. Borba, Eurico de Andrade Neves, 1940-. 9. Guimarães, Eduardo Augusto de Almeida. 10. Minciotti, Silvio Augusto. 11. Mueller, Charles C. (Charles Curt). 12. Nunes, Edson de Oliveira. 13. Nunes, Eduardo Pereira. 14. Schwartzman, Simon, 1939-. 15. Vianna, Sérgio Besserman. I. Senra, Nelson de Castro, 1948-. II. Fonseca, Silvia Maia. III. Millions, Teresa Cristina. IV. IBGE.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais CDU 061.27IBGE(093)
RJ/IBGE/2016-02 IBGE

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Sumário

Foto: Licia Rubinstein

SIMON SCHWARTZMAN

Aquela imagem de que era uma Instituição caótica, que vivia em greve, isso desapareceu, e começou a prevalecer mais que era uma Instituição séria, responsável, com alta credibilidade.

Presidente do IBGE de maio de 1994 a dezembro de 1998

1994 1998

Simon Schwartzman nasceu em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, em 3 de julho de 1939. Graduou-se em Sociologia, Ciência Política e Administração Pública na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 1961, tendo concluído mestrado em Sociologia pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO, em Santiago do Chile, em 1963, e doutorado em Ciência Política pela University of California, Berkeley, em 1973.

Foi professor de Ciência Política na UFMG, no período de 1961 a 1964. Sua primeira aproximação com o IBGE foi na gestão de Isaac Kerstenetzky (1970-1979), quando a Instituição pretendia montar uma área de indicadores sociais. Na ocasião, seu nome foi vetado pelo Regime Militar. Seguiu como professor e pesquisador no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro - IUPERJ, de 1970 a 1986, bem como na Fundação Getulio Vargas - FGV e na Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, de 1976 a 1980. No exterior, foi professor visitante e pesquisador em várias universidades: Columbia University; University of California, Berkeley; Stanford University, onde ocupou a cátedra Joaquim Nabuco de Estudos Brasileiros; Harvard University (todas nos Estados Unidos); École Pratiques des Hautes Études (França); Uppsala University (Suécia); e University of Oxford (Inglaterra).

Em 1994 ingressou na Presidência do IBGE e, após sua saída, integrou seu Conselho Técnico. Após os quase cinco anos em que trabalhou na Instituição, integrou e ainda integra várias instituições, conselhos e comitês. Foi Presidente do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS, sediado no Rio de Janeiro, do qual é atualmente pesquisador.

a busca pela maior autonomia do IBGE

Em um esforço conjugado, o Senador Benedito Clayton Veras Alcântara, conhecido como Beni Veras, assumiu a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República e, face à vacância na Presidência do IBGE com a saída de Silvio Augusto Minciotti, aceitou a sugestão de Edmar Lisboa Bacha, convidando para o cargo Simon Schwartzman[1]. Ambos estavam afinados com o então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que logo seria eleito Presidente da República (1995-2003).

O sucesso do Plano Real deu popularidade ao governo Itamar Franco (1992-1994) e alavancou a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, seu criador. A liderança de Fernando Henrique (PSDB) na campanha presidencial contra o líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (PT) era apontada pelas pesquisas de opinião, e, com 54,3% dos votos válidos, ele foi eleito, no primeiro turno, Presidente da República, frente a 27% dos votos válidos de seu oponente.

Era claro que o novo tempo exigiria estatísticas melhores, de maior abrangência. O País, livre da inflação, não teria apenas presente, mas também futuro;

---

[1] Entre a saída de Silvio Minciotti e a posse de Simon Schwartzman, o expediente foi cumprido por Sérgio Bruni, até então Diretor de Geociências.

seria possível planejar o amanhã. O IBGE se fazia ainda mais um órgão de suma importância, e Simon Schwartzman, ainda que jamais houvesse dirigido um órgão de Estado, soube tomar as rédeas do Instituto e ver sua realidade.

De pronto, solicitou à Direção do Statistics Canada uma consultoria de avaliação do estado da arte no IBGE e, se cabível e possível, um futuro projeto de cooperação interinstitucional. Em julho de 1994, viajou ao Canadá, sendo recebido pelo Chief Statistician of Canada, Ivan Fellegi (à época uma referência internacional), que, com entusiasmo, endossou o pedido feito e, ato contínuo, organizou uma missão, com Jacob Ryten (Chairman)[2], John Coombs, David Croot, Shaila Nijhowne, Martin Podehl, Lee Reid (ao custo de R$ 60 mil, cobertos com recursos do IBGE).

A missão realizou seu trabalho de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994, deixando um relatório sobre os principais problemas diagnosticados e os caminhos apontados para sua solução, acerca dos seguintes aspectos: estatísticas econômicas, estatísticas sociais, informática, disseminação e treinamento[3]. A Introdução do relatório, seguida do sumário executivo das recomendações, foi traduzida para o Português e divulgada amplamente, com o acréscimo de uma interessante Apresentação assinada por Simon Schwartzman[4].

> O principal objetivo da missão canadense foi entender as circunstâncias atuais que afetam as diversas áreas de atuação do IBGE. Os membros da missão encontraram em seus colegas brasileiros pessoas abertas, receptivas e capazes de trabalhar intensamente. Apesar de eventuais problemas de motivação, sua lealdade ao IBGE aparece claramente como sua preocupação central (STATISTICS CANADA, 1994a, p. 4).

---

[2] De origem portuguesa, Jacob Ryten fala e entende perfeitamente o Português. Os demais membros da missão usavam o Inglês ou o Francês. Em suas visitas pelas unidades do IBGE houve, sempre que preciso, a presença de um tradutor (às vezes interno à unidade, às vezes externo). Ao se aposentar, Jacob Ryten tornou-se consultor internacional, atendendo a vários institutos de estatística, inclusive o IBGE.

[3] Trata-se de: STATISTICS CANADA. *Report on Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994a. 83 p. Missão realizada de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/statscan.htm>. Acesso em: fev. 2016.

[4] Trata-se de: STATISTICS CANADA. *Relatório sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994a. 17 p. Sumário executivo das recomendações do Statistics Canadá para o IBGE, em missão realizada de 26 de agosto a 9 de setembro de 1994. Disponível em: <https://archive.org/details/SumarioRecomendacoesStatisticsCanada>. Acesso em: fev. 2016.

A missão canadense foi um completo sucesso, dando muito do rumo que o IBGE seguiu daí em diante, e Simon Schwartzman manifestou sua concordância com os resultados, como afirmou na Apresentação do sumário executivo do Relatório:

> A visão que os técnicos do Statistics Canada têm do IBGE, os principais problemas diagnosticados, e os caminhos apontados para sua solução, confirmam e aprofundam o entendimento da atual direção do IBGE sobre a instituição. É necessário levantar a moral dos técnicos do IBGE, melhorar as comunicações internas, consolidar os apoios externos, introduzir uma consciência de custos, desenvolver uma política ativa de desenvolvimento de recursos humanos, difundir o acesso a meios computacionais modernos, aumentar a eficiência, reduzir os prazos de processamento e divulgação dos resultados das pesquisas, e difundir melhor os resultados de nossos trabalhos. É necessário, em uma palavra, mudar a cultura da instituição, de maneira a torná-la mais orientada para a qualidade, para a valorização técnica de seu pessoal, para o uso eficiente dos recursos, o cumprimento de prazos e o pronto atendimento aos usuários. Muitas destas dificuldades decorrem de restrições externas que o IBGE não tem como alterar a curto prazo. Mas há muito a fazer internamente, e, na medida em que o funcionamento interno da instituição melhore, haverá mais condições para conseguir os recursos financeiros e institucionais necessários para ir mais adiante (SCHWARTZMAN, 1994a, p. 2-3).

Ao final de 1994, fazendo um balanço da gestão até então, Simon Schwartzman retomou suas próprias palavras naquela Apresentação, ao divulgar o documento *O presente e o futuro do IBGE*, oferecido em especial ao governo. Elaborado a pedido do Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Beni Veras, o documento traz uma avaliação global do IBGE, discorre sobre suas condições de funcionamento, e propõe ações estratégicas para o futuro da Instituição[5].

> A plena implementação das propostas elaboradas pela missão é tarefa de anos, e requer condições institucionais que o IBGE no momento não possui. No entanto, elas foram úteis, desde já, para confirmar a importância de algumas ações já em curso, e dar início a várias outras. Em relação à política de recursos humanos, a missão do Statistics Canada manteve intensos contatos com a equipe da Escola

[5] Para informações mais detalhadas, consultar: SCHWARTZMAN, S. *O presente e o futuro do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 1995. 34 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?-view=detalhes&id=224542>. Acesso em: fev. 2016.

> Nacional de Ciências Estatísticas, e suas propostas incluíram desde a criação de uma estrutura mais adequada de coordenação destas atividades, que está sendo implementada, até o oferecimento de formas específicas de colaboração e transmissão de experiências, de formação e treinamento, o que depende, sobretudo, da possibilidade que o IBGE tenha de reintroduzir o sistema de mérito em sua administração. As recomendações sobre maior racionalidade e consciência de custos levaram ao desenvolvimento de um sistema de informações gerenciais baseados em uma estrutura de projetos, que ainda está sendo testado. As sugestões sobre o parque computacional, no sentido de se passar de uma cultura de processamento centralizado para um sistema distribuído, começaram a ser implementadas. As discussões mantidas pela equipe canadense com os técnicos da área de pesquisas econômicas contribuíram para um importante redirecionamento de seus trabalhos. As discussões na área de documentação e disseminação reforçaram a política de parcerias externas e a prioridade que está sendo dada ao ingresso do IBGE na rede Internet (SCHWARTZMAN, 1995, p. 27).

Em 1996, Simon Schwartzman organizou o *Relatório anual* 1995, de excelente conteúdo, refletindo o trabalho intenso de reorganização e modernização que vinha sendo implementado no Instituto. A Apresentação do documento é uma reflexão bastante valiosa, da qual se destacam os seguintes trechos[6]:

> O IBGE também espelhou, ao longo destas décadas, as vicissitudes pelas quais vem passando o Estado brasileiro. Nos anos 30 o Instituto foi organizado como parte de um Estado que se pretendia moderno, cientificamente estruturado e eficiente; mas a partir daí sofreu com a burocratização e que afetou a toda a administração direta do país. Na década de 70 o Instituto se transformou em Fundação autônoma, para reverter novamente, após a Constituição de 1988, a um regime jurídico centralizado que deixa pouco espaço para uma política própria de recursos humanos e de utilização eficiente dos recursos que a sociedade lhe destina. No passado, o IBGE teve condições de incorporar um número significativo de técnicos e pesquisadores altamente qualificados em geografia, cartografia, economia, estatística, computação e ciências sociais. Nos anos 80 o IBGE acompanhou o crescimento desordenado da administração federal, e chegou a quase quinze mil

[6] Para informações mais detalhadas, consultar: SCHWARTZMAN, S. O espelho do Brasil. In: IBGE. *Relatório anual 1995.* Rio de Janeiro, 1996b. p. 3-4. Apresentação. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/220/relatorio_anual_1995.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

funcionários espalhados por todo o território. Hoje o Instituto tem menos de 10 mil servidores, a grande maioria de nível médio, e ainda não teve condições de começar a recuperar o quadro técnico e profissional de que necessita para retomar e dar continuidade às tradições de trabalho dos pioneiros. Como todo o serviço público brasileiro, o IBGE foi fortemente afetado pela inflação e pela instabilidade orçamentária e institucional que, desde os anos 80, afetaram seu trabalho e provocaram períodos difíceis de greves e conflitos de trabalho; mas também recebeu apoio e recursos importantes por ocasião dos grandes censos, que permitiram a renovação de seus equipamentos e a produção das estatísticas básicas de que o país necessita, ainda que sem a regularidade e a atualização que seriam necessárias.
O ano de 1995 marca o início de um trabalho de recuperação que tem como base a estabilidade institucional e de recursos proporcionada pela estabilização da moeda e garantida pela preocupação do Governo Fernando Henrique Cardoso e do Congresso Nacional em proporcionar ao Instituto os meios para seu funcionamento. O trabalho se iniciou em várias frentes, e os primeiros resultados já estão começando a aparecer. Trata-se, primeiro, de colocar em dia as principais estatísticas e informações cartográficas nacionais, tornando mais nítida a imagem que o Brasil tem de si mesmo. Em grande parte, é um trabalho interno de colocar em dia as pesquisas, buscar novas metodologias e renovar a agenda de temas e questões a serem pesquisados. Isto depende, também, de uma grande aproximação e diálogo intenso com os usuários destes dados – governo, empresários, organizações comunitárias, instituições de pesquisa e planejamento, meios de comunicação – assim como com outros produtores de informações similares no setor público e privado. Um passo importante neste sentido é a realização do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais que o IBGE está organizando em maio de 1996. Depois, é necessário fazer com que as informações cheguem ao público de forma rápida, acessível e adequada aos diferentes usuários – exemplos desta nova abordagem são a página do IBGE na Internet, a utilização cada vez mais intensa de meios magnéticos de disseminação de informações e instrumentos ágeis de disseminação, como é a Carta IBGE. Finalmente, há um trabalho intenso de reorganização e modernização interna, que tem como pontos centrais a qualificação dos recursos humanos, a modernização tecnológica, a reorganização administrativa, o remanejamento do espaço físico, a busca de maior eficiência no uso de recursos públicos, e a geração cada vez maior de recursos próprios. Todas estas áreas estão sendo trabalhadas, e o projeto de modernização da administração

pública federal, ora em andamento, deverá permitir ao IBGE iniciar, em breve, uma ação sistemática de recuperação de seu quadro técnico e científico, que é a base para tudo mais (SCHWARTZMAN, 1996b).

Ainda em 1996, de 27 a 31 de maio, foi realizado o I Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, no Rio de Janeiro[7]. Com o lema "Informação para uma sociedade mais justa", o Encontro agregou nove eventos simultâneos: IV Conferência Nacional de Estatística - CONFEST, III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia - CONFEGE, Reunião de Instituições Produtoras, Fórum de Usuários, Seminário Desafios para Repensar o Trabalho, Simpósio de Inovações, Jornada de Cursos, Mostra de Tecnologia de Informação, e Exposição IBGE: 60 anos de Brasil[8].

Simon Schwartzman, na Apresentação do programa final do evento, ofereceu o sentido atribuído ao Encontro e o fez como leitor atento de Bruno Latour[9]. Aos seus termos, Alain Desrosières referiu-se na abertura de sua excelente conferência, adiante aludida.

Eis a Apresentação elaborada por Schwartzman:

> Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

---

[7] O Encontro foi promovido pelo IBGE em conjunto com nove sociedades científicas de expressão nacional e 19 institutos regionais de pesquisa, utilizando as instalações do Centro de Convenções da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN. Toda a documentação do evento encontra-se disponibilizada no endereço: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281531>. Na ocasião, o IBGE também traduziu e elaborou um folheto, fartamente distribuído, contendo os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais adotados na 28ª sessão da Comissão de Estatística das Nações Unidas, realizada em abril de 1994.

[8] O II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, realizado no período de 21 a 25 de agosto de 2006, aos 70 anos do IBGE, ocorreu na gestão de Eduardo Pereira Nunes

[9] Vale a leitura de: SCHWARTZMAN, S. Os dinossauros de Roraima: ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour. *Novos Estudos*, São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - Cebrap, n. 39, p. 172-179, jul. 1994.

> Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.
> No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação – reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação – aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato – mais flexível, personalizado e interativo – e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.
> Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político-administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa (SCHWARTZMAN, 1996a, p. 1).

Entre os conferencistas internacionais, vale realçar, particularmente, a presença dos cientistas Robert W. Marx (*Applications and benefits of Tiger and the decennial census to data analysis*), Peter Wagner (*Statistics, social science and democracy)* e Alain Desrosières, este com duas apresentações (*Du singulier au general: l'information statistique et la construction de l'Etat,* bem como *Le territoire et la localité – deux langages statistiques*)[10].

Da IV CONFEST e III CONFEGE não resultou uma proposta de revisão do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG vigente desde 1974; não era uma meta das conferências. Ao que parece, Simon Schwartzman não acredi-

---

[10] A primeira das conferências de Desrosières foi preparada especialmente para o Encontro; a segunda, publicada originalmente em 1993, no periódico *Courrier des Statistiques*. Essas quatro conferências estão disponíveis em: CONFEGE, CONFEST e Simpósio de Inovações: conferências e mesas redondas: sessões 26 a 32. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 1., 1996, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados*... Rio de Janeiro: IBGE, 1996a. v. 6, t. 1. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=281531>. Acesso em: fev. 2016.

tava, dados os novos tempos, com o IBGE já não sendo uma agência quase única no contexto estatístico brasileiro, que fosse possível ou mesmo adequado haver uma proposta completa, articulada e hierarquizada de um programa estatístico organizado sistemicamente. Talvez entendesse como mais adequado, ou só possível, ir-se trabalhando cotidianamente, ao sabor das demandas entendidas como apropriadas, até que, em algum momento, se tivesse a evidência de um programa estatístico organizado sistemicamente.

Simultaneamente ao Encontro, foram comemorados os 60 anos do IBGE, com exposição realizada no edifício da Academia Brasileira de Letras - ABL, também na cidade do Rio de Janeiro (a duas ou três quadras do grande evento, na FIRJAN). A Exposição IBGE: 60 anos de Brasil foi organizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC da FGV, para a qual foi feito um vídeo e na qual também foram tomados, em vídeo, testemunhos de inúmeros visitantes. Na ocasião, a revista *Domingo, do Jornal do Brasil*, publicou matéria de capa assinada por Ana Madureira de Pinho, ricamente ilustrada, sobre a exposição[11].

O IBGE inaugurou a sua plataforma digital na Internet[12] em 1996, disponibilizou microdados, e o País vivia um novo momento, com a privatização de empresas estatais, como a Vale do Rio Doce e o Sistema TELEBRÁS. As críticas de vários setores da sociedade, principalmente de partidos de oposição, não impediram o plano do governo de levantar verbas para promover as reformas necessárias no plano político.

Cabe destacar que no contexto da Reforma do Estado, dirigida pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira no primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), cogitou-se tornar o IBGE uma Agência Executiva, projeto que não teve prosseguimento.

---

[11] Ao longo de suas páginas, destacam-se os seguintes enfoques: "As primeiras expedições do IBGE foram as 'Entradas e Bandeiras' do século 20"; "Nos arquivos do instituto estão registradas transformações do país nos últimos 60 anos"; "Na exposição comemorativa, as melhores fotos da fase mais romântica das pesquisas"; e "Na cidade de Goiás Velho, em 1946, uma expedição encontrou colônia de nazistas".

[12] O Conselho Diretor do IBGE, por meio da Resolução RCD n. 28, de 17.11.1995, assinada pelo Presidente do Instituto, Simon Schwartzman, estabeleceu que o IBGE é detentor dos direitos autorais e intelectuais de todos os dados e sistemas de processamento, armazenamento e recuperação de informações gerados por seus diversos Departamentos Técnicos, em quaisquer mídias, inclusive originais de trabalho, devendo para isso efetuar os necessários registros de direito autoral e patentes nos órgãos competentes, por meio do Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, que fica encarregado desta responsabilidade. Além disso, a Portaria determina, também, como obrigação do IBGE a disponibilização de seus dados ao público em geral.

Dando início ao processo de discussão no governo federal, em fevereiro de 1998, Simon Schwartzman preparou um documento intitulado *O IBGE, quatro anos depois*, pouco difundido internamente, em que pese seu valor. O documento está estruturado em três partes e apresenta, de forma resumida, os resultados dos quatro anos de sua gestão, os problemas ainda persistentes e as soluções oferecidas[13].

Quanto aos resultados, Schwartzman entende ter havido uma melhoria da imagem pública do IBGE, que atribui às seguintes ocorrências: atualização das pesquisas econômicas e sociais; modernização nos sistemas de distribuição de informações; modernização do sistema computacional; introdução das técnicas digitais na área de Cartografia; melhoria das condições de trabalho e do sistema gerencial; e trabalhos de coordenação institucional.

> No passado recente, o IBGE era percebido como uma instituição assolada por greves constantes, publicando dados atrasados, atendendo mal aos usuários, e se ocultando por trás de uma linguagem difícil e obscura. Esta imagem se alterou profundamente. As greves desapareceram, o Instituto está na imprensa todos os dias, as informações são distribuídas com rapidez e eficiência, e seus dados são recebidos com respeito e consideração, ainda que continue havendo controvérsias em alguns pontos. Esta imagem pública também se reflete para dentro da instituição. Apesar das dificuldades, sobretudo salariais, que afetam ao serviço público como um todo, e à existência de um núcleo sindical radicalmente oposto ao governo, que faz tudo para sabotar o trabalho do Instituto, existe um clima de motivação, interesse e orgulho pelo trabalho realizado entre os funcionários e técnicos, que se reflete na qualidade dos produtos (SCHWARTZMAN, 1998c, p. 1).

Quanto aos problemas, Schwartzman apontou questões das áreas de pessoal, gerencial e jurídica. Na questão de pessoal, entre vários pontos, abordou o contingente de servidores (menos de 8 mil), os baixos salários e os parcos valores das gratificações do Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia[14], consi-

---

[13] Para informações mais detalhadas, consultar: SCHWARTZMAN, S. *O IBGE, quatro anos depois*. Rio de Janeiro, 1998c. Documento preparado para discussão com as autoridades federais. 8 p. Disponível em: <https://archive.org/stream/Ibge4AnosDepois1998/4anos#page/n0/mode/2up> . Acesso em: fev. 2016.

[14] O IBGE vinculou-se ao Plano de Carreiras para a Área de Ciência e Tecnologia por meio da Lei n. 8.691, de 28.07.1993. Depois disso, a Instituição passou a dispor de um Plano de Carreiras e Cargos próprio, por meio da Lei n. 11.355, de 19.10.2006, como ocorreria, durante o Governo Lula (2003-2010), em diversos outros órgãos do governo federal.

derando-o inadequado aos trabalhos do Instituto (sua única vantagem estaria na premiação das titulações). Na questão gerencial, em que pesem os avanços reconhecidos nos sistemas de controle e gerência, considerou imprópria a estrutura vigente (tanto na Sede, como nos estados, capitais e municípios) diante das modernas tecnologias e da falta de pessoal qualificado. Na área jurídica, considerou diminuto o seu quadro de pessoal, frente ao enorme contencioso.

Em setembro de 1998, em Aguascalientes, México, Simon Schwartzman proferiu palestra no painel "O futuro das estatísticas internacionais", como parte da Conferência Conjunta da International Association of Survey Statisticians - IASS e da International Association for Official Statistics - IAOS, o último encontro em estatísticas de que participou como Presidente do IBGE[15]. Em sua palestra, tão curta quanto intensa, sugeriu que os órgãos oficiais de estatística deveriam (devem) perseguir quatro metas, a saber:

> Primeiro, deveriam tornar-se mais criativos no uso de metodologias avançadas para coleta, processamento e disseminação de dados. Com uma melhor amostragem, é possível aumentar a cobertura e reduzir custos. Melhores registros públicos e o processamento criativo dessas fontes de dados podem reduzir a necessidade de coleta de dados primários. O processamento de dados tradicional, baseado em *mainframe*, pode ser substituído por facilidades computacionais descentralizadas, em rede, muito mais baratas e mais eficientes. Disseminação baseada em computador e uso de novas mídias, como CD-ROMs e Internet, podem reduzir o custo e o volume de produtos baseados em papel e proporcionar aos usuários melhores informações no tempo certo. Com novas tecnologias, é possível produzir mais e melhores produtos por uma fração do custo, mas há custos de treinamento, de desenvolvimento de sistemas e de transição de velhas para novas plataformas de computador e rotinas de processamento de dados, o que pode ser caro e demorado.
> Segundo, os órgãos de estatística têm que ser mais criativos no estabelecimento de alianças e vínculos de cooperação com outras instituições produtoras de dados dentro dos países e com organizações internacionais. Parcerias com outras organizações governamentais, acadêmicas e internacionais permitem compar-

[15] Trata-se de: SCHWARTZMAN, S. *O futuro das estatísticas internacionais: uma visão do Sul*. 1998. 4 p. Trabalho apresentado na Conferência Conjunta da International Association of Survey Statisticians - IASS e da International Association for Official Statistics - IAOS, realizada em Aguascalientes, México, 1998b. Disponível em: <https://archive.org/details/OFuturoDasEstatisticasInternacionaisUmaVisaoDoSul>. Acesso em: fev. 2016.

tilhamento de recursos, aumento da legitimidade e acesso ao conhecimento e à competência que os órgãos de estatística necessitam. Esses vínculos cooperativos trazem uma série de assuntos e problemas que órgãos de estatística inteiramente centralizados não têm que enfrentar. Como conservar e manter as regras de confidencialidade quando os dados são coletados através de organizações diferentes? Como ter certeza que os dados estão sendo coletados e processados de modo consistente? Como assegurar a tempestividade da disseminação? Quem será responsável por manter as séries de dados a longo prazo? Quais serão as regras para acesso e análise dos dados? Como compartilhar custos?

Terceiro, instituições oficiais de estatística têm que se esforçar por sua plena institucionalização como corpos técnicos independentes. Hoje, a maioria dos órgãos oficiais de estatística são tratados por seus governos simplesmente como parte de sua burocracia, o que leva a dois tipos de problemas. O primeiro é que eles ficam sujeitos a políticas de pessoal e de administração de recursos uniformes em âmbito nacional, que são frequentemente incompatíveis com suas necessidades e responsabilidades. O segundo, e mais sério, é que eles ficam expostos a interferências externas na nomeação de suas principais lideranças e até mesmo no modo como coletam e publicam suas informações. Felizmente, está se tornando cada vez mais claro que estatísticas oficiais que sofrem ingerências dos governos carecem de credibilidade e são inúteis e esta constatação tem refreado a interferência da maioria dos governos no trabalho de seus órgãos de estatística. Mas isso, claramente, não é suficiente. Órgãos de estatística têm que ser protegidos formalmente de governos ocasionais por mandatos predefinidos para os seus altos funcionários; por corpos supervisores estáveis e legítimos; por orçamentos estáveis de longo prazo e por regras apropriadas para administração de pessoal e de recursos.

Quarto, e provavelmente o que é o mais importante, os órgãos de estatística precisam aumentar sua competência profissional e técnica. Em muitos países, os órgãos de estatística são ainda dominados por pessoal administrativo, executando tarefas rotineiras de coleta e processamento de dados que podem ser rapidamente substituídas por modernas tecnologias de computador e contratação externa de tarefas rotineiras. Competência profissional é necessária para incorporar novas tecnologias, manter a informação atualizada com o estado da arte e dar aos institutos a legitimidade e o reconhecimento entre outros atores significativos, nos próprios países e no estrangeiro (SCHWARTZMAN, 1998b, p. 1-2).

Simon Schwartzman levou um projeto de reforma institucional pessoalmente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, em um almoço no Palácio da Alvorada, mas naquela época as prioridades do governo eram outras, e o documento foi entregue ao Ministro do Planejamento e Orçamento, Paulo de Tarso Almeida, que o encaminhou de volta para o próprio Simon opinar. Sem perspectiva, o projeto voltou para a gaveta e, em dezembro de 1998, Simon Schwartzman renunciou a continuar na Presidência do IBGE.

Escritor incansável, quase mesmo compulsivo, Simon Schwartzman tem inúmeros artigos e livros publicados, sobre vários assuntos, quase sempre tomados como referência intelectual. Por essa razão, é muito cioso do tempo de que dispõe, não escondendo sua impaciência diante do que por ventura considere divagações estéreis; contudo, não deixa de ser afável e gentil. Sobre a atividade estatística, contribuindo distintamente na configuração de uma Sociologia das Estatísticas, escreveu alguns textos seminais. Vale nomear: *Legitimidade, controvérsias e traduções em estatísticas públicas*, apresentado em Bielefeld, Alemanha, em 1996; *Expansion and inclusiveness of statistics*, em Istambul, Turquia, em 1997; *O futuro das estatísticas internacionais: uma visão do sul*, apresentado em Aguascalientes, México, em 1998; *Cor, raça, discriminação e identidade social no Brasil*, iniciado ainda no IBGE, também em 1998; afora textos internos ao dia a dia ibgeano[16].

No discurso de despedida, registrou a admiração pela Instituição e por seus técnicos, com quem pôde ter um diálogo sempre aberto e franco. Prosseguiu refletindo sobre a autonomia e a independência técnico-científica das instituições estatísticas, com foco no IBGE. Tratou, ainda, da coordenação da atividade estatística, tendo em conta, nos tempos recentes, o número crescente de entidades produtoras – estaduais e municipais, públicas e privadas – a exigirem um movimento de harmonização; mais ainda por usarem mais e mais os registros administrativos, heterogêneos por natureza, como fontes-chave de informações individuais. Com extrema propriedade, considerou relevante a existência dos instrumentos de coordenação (como os cadastros, glossários, classificações, entre outros), mas não os considera suficientes à configuração de uma coordenação abrangente.

---

[16] Toda a sua produção acadêmica, incluindo artigos, capítulos de livros, vídeos, resenhas, entre outras informações, está disponível em: SCHWARTZMAN, S. *Simon's site*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?lang=pt-br>. Acesso em: fev. 2016. Ver também acervo na biblioteca virtual: SCHWARTZMAN, S. In: INTERNET archive. San Francisco, 2016. Disponível em: <https://archive.org/search.php?query=simonschwartzman>. Acesso em 2016.

O primeiro destes temas é o do papel do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na sociedade brasileira, e, mais amplamente, dos institutos de estatísticas públicas nas sociedades modernas. A forma pela qual o IBGE está organizado, como órgão administrativo subordinado a um Ministro de Estado, reflete uma concepção antiga, segundo a qual os institutos de estatística seriam apenas um braço do governo federal, destinado à coleta de dados solicitados pelos governantes para o melhor exercício de suas funções. Hoje, no entanto, sabemos que os institutos nacionais de estatística são instituições públicas, voltadas à produção de informações confiáveis e relevantes para a sociedade como um todo, sociedade da qual o governo federal é só uma parte. O governo federal, como representante legítimo da sociedade, tem a responsabilidade de garantir o funcionamento de seu instituto de estatística e de zelar pela sua qualidade técnica, isenção e independência, sem abrir mão de seu direito de solicitar ao Instituto que produza as informações de que o governo necessita, mas sem confundir esta responsabilidade e este direito com um simples poder de mando. Posso assegurar que, durante todos estes anos que estive à frente do IBGE, sua independência e autonomia técnica sempre foram respeitadas e garantidas pelos Ministros aos quais estive subordinado, mas o fato é que o IBGE ainda não dispõe dos mecanismos legais e institucionais que garantam sua independência técnica e isenção e o protejam de ingerências externas indevidas, e estes mecanismos precisam ser criados com presteza.

O segundo tema é o do tamanho e alcance do IBGE, tanto do ponto de vista de suas áreas de responsabilidade, quanto de sua extensão. A legislação brasileira dá ao IBGE um poder amplo de coordenação das atividades estatísticas e geocientíficas no país, mas na prática muitas destas funções são cumpridas por outros órgãos. Diferentes países adotam diferentes divisões do trabalho em matéria estatística e geocientífica. São poucos os que reúnem estatística e geografia, em muitos casos as contas nacionais e as informações financeiras e de comércio exterior ficam com os bancos centrais, e estatísticas agrícolas, ou educacionais, são realizadas por órgãos especializados. Nenhuma organização é necessariamente melhor do que outra, mas, quando existe uma grande divisão de trabalho, é necessário um esforço maior de coordenação. Hoje, apesar de alguns trabalhos meritórios neste sentido, como o da Comissão Nacional de Classificação e da Comissão Nacional de Cartografia[17], existe

[17] Valeria relacionar a Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO, também.

pouca coordenação na produção de estatísticas de diferentes órgãos de governo ou financiados com recursos públicos, levando a superposições, desperdícios e até mesmo à produção de informações contraditórias. No futuro, a maior parte das estatísticas públicas terá como origem não a pesquisa direta, mas o processamento de informações de registros administrativos obtidos por governos e instituições privadas em suas atividades quotidianas, e as funções de coordenação tenderão a ser muito mais importantes do que as de execução de pesquisas enquanto tais.

O tema da extensão se refere ao relacionamento entre o IBGE, como órgão nacional de estatística, e os interesses de Estados e Municípios, muitos dos quais produzem seus próprios dados, e gostariam que o IBGE respondesse de maneira mais efetiva e direta às necessidades e prioridades locais. O IBGE é criticado muitas vezes por ser excessivamente centralizado, impermeável às necessidades locais, e grande demais, pela própria pretensão de cobrir todo o território nacional. Sempre orientei o IBGE no sentido de trabalhar, tanto quanto possível, em parceria com instituições estaduais e municipais, e avançamos bastante neste sentido, em atividades tais como a Pesquisa Mensal de Comércio, a Pesquisa de Orçamentos Familiares e, mais recentemente, no trabalho de elaboração da base operacional para o Censo do ano 2000. A experiência deste trabalho de cooperação confirma sua importância, mas confirma também que o país não pode abrir mão de um instituto de estatística de alcance nacional, com capacidade de produzir informações fidedignas e confiáveis para todo o país, independentemente de circunstâncias locais. O IBGE precisa, sem dúvida, rever seu organograma e seu quadro de pessoal, para adaptá-lo à nova realidade em que vivemos, mas ele não deixará de ser uma instituição de porte, como ocorre em todos os países que zelam pela qualidade de suas estatísticas públicas (SCHWARTZMAN, 1999, p. 2-3).

Simon Schwartzman finalizou sua gestão tratando da questão de pessoal, a exigir uma revisão completa das remunerações, em um novo plano de carreira. Advogou uma revisão do organograma, de modo a ajustar-se à realidade cambiante, seja em face das novas tecnologias, seja em face das novas temáticas demandadas (economia informal, economia invisível, novas contas ambientais, e vários outros). Tratou, ainda, do Censo Demográfico 2000, como um grande desafio adiante.

Entrevista realizada em 24 de junho de 2015, no Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI, no Rio de Janeiro[18]

ANTES DE ASSUMIR A PRESIDÊNCIA DO IBGE, EM 1994, O SENHOR QUASE TRABALHOU NA INSTITUIÇÃO, NA DÉCADA DE 1970, QUANDO O ENTÃO PRESIDENTE DO IBGE, ISAAC KERSTENETZKY, PRETENDIA MONTAR UMA ÁREA DE INDICADORES SOCIAIS. O QUE ACONTECEU NAQUELA ÉPOCA?

Nessa época, eu tinha duas atividades: eu era professor da Fundação Getulio Vargas, da Escola Brasileira de Administração Pública [EBAP][19], e também estava ligado ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, o IUPERJ, que tinha um Programa de Pós-Graduação de Ciência Política e Sociologia. Eu lembro exatamente isso: o Professor Isaac Kerstenetzky estava começando a montar essa área de indicadores sociais, a área social do IBGE, e me chamou para conversar sobre a possibilidade de que eu viesse para trabalhar nesta área do Instituto. Eu achei um projeto muito interessante, mas acabou não acontecendo, creio que por uma questão política, porque, na década de 1960, eu fui preso pelo Governo Militar, por minha participação em movimentos estudantis nos anos anteriores. Eu tive que largar a Universidade Federal de Minas Gerais [UFMG], onde eu tinha me formado e estava começando a trabalhar, e havia então um veto do setor de segurança ao meu nome, que não passaria por um pedido de contratação que ele encaminhasse. E de fato foi o que aconteceu. Eu não sei se ele chegou a apresentar o meu nome ou não, mas o fato é que não foi possível viabilizar a contratação.

O SENHOR FOI PRESO EM 1964? O QUE ACONTECEU NA ÉPOCA?

Eu fui preso em 1964. Em 1962, eu havia ido para o Chile. Fui fazer mestrado em Ciências Sociais na FLACSO [Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais], uma faculdade da UNESCO. Eu voltei ao Brasil em princípio de 1964, já tinha um vínculo com a Universidade como pesquisador, e fui contratado para dar aula de Ciências Políticas, no curso de Ciências Sociais, onde eu tinha me formado. E aí eu fui preso pelos

---

[18] A citação simplificada dos nomes próprios foi mantida no corpo da entrevista, de modo a preservar a leveza de seu conteúdo original. Em caso de dúvida com relação à menção de algum personagem, sugere-se consultar a lista de nomes completos, ao final da publicação.

[19] Em 2002, a EBAP passou a se denominar Escola Brasileira Administração Pública e de Empresas - EBAPE.

militares, acusado de “perverter a mente dos jovens”. Fiquei preso mais ou menos um mês, e depois, no final do ano, eu saí do País. Saí, mas houve um processo político contra mim, que durou muito tempo. Eu fiquei no exterior e fiz meu doutorado. Voltei ao Brasil, exatamente no final de 1968, logo depois do AI-5 [Ato Institucional n. 5]; me aconselharam a não vir, mas eu já estava para vir, e voltei para Minas Gerais, na expectativa de integrar o Departamento de Ciências Políticas que estava sendo organizado na UFMG, mas não consegui ficar, e acabei indo para o Rio de Janeiro, trabalhando na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, ligado às Faculdades Cândido Mendes. Quando, anos depois, fui sondado sobre a possibilidade de vir para o IBGE, não foi possível por causa de minha ficha no Sistema Nacional de Informações [SNI] do Governo Militar, que aprovava. Logo depois, para completar essa história, tive um convite similar para ir trabalhar na Financiadora de Estudos e Projetos, na época presidida pelo José Pelúcio Ferreira, que era um economista, que, aliás, tinha uma relação muito próxima com Isaac Kerstenetzky. E o Pelúcio, que era mais esperto que o Isaac Kerstenetzky, em vez de propor meu nome para o governo, fez um acordo com a Fundação Getulio Vargas: a FGV me cederia à FINEP, que ressarciria a Fundação pelo meu custo. Com isso, eu fui trabalhar na FINEP, sem que tivesse que passar pela aprovação da área de segurança do governo.

EM 1985, NA NOVA REPÚBLICA, O SENHOR ENTÃO FOI CONVIDADO PELO ENTÃO PRESIDENTE EDMAR BACHA PARA PRESIDIR UMA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS – ENCE, DO IBGE. COMO FOI ESSE TRABALHO?

Eu tinha participado, acho também que Edmar Bacha participou, de uma Comissão[20] que foi criada logo no começo do Governo da Nova República para fazer uma proposta de reformulação da educação superior do País. Era uma Comissão que, aparentemente, o Tancredo Neves tinha pensado em constituir e depois o Governo José Sarney (1985-1990), na gestão de Marco

[20] Trata-se da Comissão instituída pelo Decreto n. 91.177, de 29.03.1985. Para informações complementares sobre o assunto, consultar o documento: COMISSÃO NACIONAL PARA REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (Brasil). *Relatório final*. Brasília, 1985. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/comissao.htm>. Acesso em: fev. 2016.

Maciel como Ministro da Educação. Essa Comissão trabalhou em 1985. Era uma comissão nacional, formada por mais de 30 pessoas, que fez toda uma discussão do que fazer com a educação superior brasileira e produziu uma proposta de reorganização do sistema de educação superior, e eu fui o relator dessa Comissão. Esse convite do IBGE foi logo depois disso, talvez pela lembrança que Edmar tinha deste meu trabalho anterior. Mas, em todo caso, havíamos sido contemporâneos da Universidade em Belo Horizonte; eu fazia Sociologia, ele fazia Economia. Então, nós temos uma relação de conhecimento bem antiga.

E COMO FOI ESSE TRABALHO DE AVALIAÇÃO DA ENCE?

Não lembro exatamente de todos os nomes[21], mas era uma Comissão de pessoas da área de Estatística, da área universitária também, e creio que havia na época certa intenção, por parte da Direção do IBGE, de fechar a ENCE. O entendimento que havia na época era de que não fazia parte da Missão do IBGE manter um estabelecimento de ensino, e que seria melhor transferir isso para alguma universidade. No decurso do trabalho da Comissão, discutindo com várias pessoas, nós chegamos à conclusão que na verdade seria importante para o IBGE ter uma área de formação e uma área de pesquisa. A ENCE, até então, fazia uma formação inclusive de nível médio, e nossa proposta foi que ela deveria ser um centro de pesquisa e pós-graduação, que ela deveria evoluir para isso. Entendíamos que o IBGE precisaria ter uma área de pesquisas forte, e, para isso, ter um centro de pesquisas e pós-graduação faria parte desse conjunto. E que não havia, na verdade, necessidade de a ENCE sair do IBGE para se incorporar a uma universidade. A ENCE poderia se especializar ou se concentrar na análise dos dados que o IBGE produz – os dados econômicos, socioeconômicos e demográficos que não eram tratados de forma aprofundada nos diferentes centros de pesquisa ou instituições universitárias de estatística. Havia um tema que era específico da ENCE: a própria estatística produzida pelo IBGE era pública, e seria importante ter um centro que se dedicasse a isso. Então, a recomendação que nós fizemos foi que o IBGE não se desfizesse da ENCE, mantivesse a ENCE, e houvesse um processo de eventualmente transformá-la num centro de pós-graduação de pesquisa. Outra

[21] No IBGE, a Comissão foi instituída por meio da Resolução n. 29, de 24.07.1986, da Presidência, sendo composta por Simon Schwartzman, Nelson do Valle Silva, Basílio Pereira Bragança, Ricardo Milton Frischtak e Thadeu Keller Filho, funcionando sob a presidência do primeiro.

coisa que foi muito importante foi a recomendação de que a ENCE tivesse um papel mais direto na formação do próprio pessoal do IBGE. Acho, inclusive, que no início a ENCE foi pensada como uma escola de formação do pessoal que o IBGE contratava, mas nessa época já não era mais assim. Havia um papel de formação e qualificação dos técnicos, do pessoal que chegava ao Instituto através de concursos, e esta poderia ser uma contribuição muito importante da ENCE. Então, a recomendação foi transformar a ENCE em um centro de pesquisa e formação de alto nível em estatísticas públicas, e de se envolver com a qualificação permanente do quadro técnico do Instituto.

O RELATÓRIO DA COMISSÃO[22] DIZ QUE UMA DAS VOCAÇÕES MAIS IMPORTANTES DA ENCE É A DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA ESTATÍSTICA NO BRASIL. ESSE RELATÓRIO FOI ESCRITO EM 1986. O SENHOR, ENTÃO, QUANDO CHEGA AO IBGE, EM 1994, VIU A ESCOLA CUMPRINDO ESSE PAPEL DE DESEMPENHAR O AVANÇO DA CIÊNCIA ESTATÍSTICA?
Não. Mas desde que eu saí do IBGE, creio que a ENCE evoluiu, criando o mestrado e já começando a implantar o doutorado. Acho que a ENCE foi nesse caminho, mas lentamente. Creio que houve muita dificuldade nesse processo. Inclusive com a criação da pós-graduação. Quando nós tivemos, mais tarde, a Missão Canadense, ela nos ajudou na criação de um programa de treinamento do pessoal do IBGE, segundo um modelo que os canadenses adotavam, e a ENCE se envolveu mais, passando a ter um papel mais ativo na qualificação do pessoal do IBGE. Mas a ENCE, na verdade, não adquiriu esse *status* de produção científica e intelectual no nível que a gente esperava.

NÃO ENCONTRAMOS NO RELATÓRIO CANADENSE UM REALCE MUITO NÍTIDO SOBRE O PAPEL DA ENCE. ISSO FOI DITO AO SENHOR VERBALMENTE?
Não. Isso não foi um assunto que eles abordaram, que eu me lembre. O que, sim, eles abordaram foi a questão do treinamento, da capacitação. Tinha um programa, de alguns meses, que as pessoas iam para o trabalho de campo, defendiam um projeto, faziam a pesquisa, depois produziam relatório. Muita gente passou por esse projeto, que era uma metodologia de capacitação que eles desenvolveram.

---

[22] Para informações mais detalhadas, consultar o documento: COMISSÃO EXTERNA PARA AVALIAÇÃO DOS VÍNCULOS DA ENCE COM O IBGE. *Relatório final*. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <https://archive.org/details/EscolaNacionalDeEstatistica>. Acesso em: fev. 2016.

Entenda o curso inspirado no modelo canadense, que passou a ser oferecido pela ENCE

Baseado no modelo do Survey Skills Development Course, do Statistics Canada, o Curso de Desenvolvimento de Habilidades em Pesquisa - CDHP foi uma das principais inovações introduzidas na reformulação da política de capacitação do IBGE, iniciada em 1995. O Curso se propõe a fornecer aos participantes uma visão abrangente de todo o processo de execução de uma pesquisa domiciliar por amostragem, do planejamento até a coleta de dados em campo. Partindo de uma demanda específica apresentada por um cliente, os alunos desenvolvem, em curto espaço de tempo, um projeto, executam a pesquisa e apresentam, sob a forma de relatório, os seus resultados. Desde 1996, a ENCE promove anualmente o CDHP, que, em suas edições, oferece vagas também a servidores públicos externos ao IBGE.

HOJE, QUAL É A SUA AVALIAÇÃO SOBRE O PAPEL DA ENCE?

Acho que a ENCE ainda não chegou onde eu gostaria que ela tivesse chegado. Não é que ela não tenha evoluído. Ela já tem o mestrado de boa qualidade, mas, por exemplo, eu esperaria que a ENCE tivesse uma presença mais ativa de produção intelectual, de pesquisa, de publicações. Nós tínhamos um problema, quando eu estava na Presidência, que o IBGE não sabia o que fazer com as pessoas mais capacitadas que ele mesmo às vezes mandava para o exterior. Tivemos vários casos de pessoas que foram fazer doutorado e, quando voltavam, queriam ir embora, porque o IBGE não tinha o que fazer com elas. E era uma pena, porque eram pessoas capacitadas, nas quais o Instituto tinha investido dinheiro, recursos. Então, a ENCE deveria ser um lugar para essas pessoas. Algumas destas pessoas ficaram no Instituto e fizeram um trabalho importante, na ENCE e em outras áreas. Mas também houve perdas, houve gente que não ficou. Comparando com outros lugares, como o Instituto de Estatística da França [Institut National de la Statistique et des Études Économiques - INSEE] e outros países, onde existe uma área de pesquisa e de ensino forte, associada à produção de estatística, eu pensava que o IBGE poderia evoluir neste sentido. Mas no Brasil foi o IPEA [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada], na verdade, que se transformou no centro de pesquisa, trabalhando com os dados do IBGE. O IBGE mesmo nunca desenvolveu uma capacidade equivalente de usar os próprios dados para análise, para

interpretação, inclusive para criar as suas próprias estatísticas. Ainda que sempre tenha feito um trabalho de maneira muito competente, não tinha uma coisa mais criativa, porque não tinha um grupo de alta formação em Estatística, em Estatísticas Sociais, em Ciências Sociais e em Economia. O que acho que deveria ter.

EM SUA OPINIÃO, CABE AO IBGE ANALISAR OS DADOS OU O PAPEL DA INSTITUIÇÃO É FORNECER UMA BASE PRIMÁRIA?

Acho muito difícil você separar uma coisa da outra. Você não tem como fazer uma boa estatística, se você não sabe o que fazer com ela. Acho que as duas coisas estão muito juntas, não é? A não ser que o IPEA dissesse o que tem que fazer, o IBGE executa. Mas nunca foi assim. Na verdade, o conhecimento que o IBGE tem, ele vem dos muitos contatos internacionais, dos padrões internacionais que o IBGE conhece e acompanha. E, de alguma maneira, ele reproduz as metodologias, que são metodologias do estado da arte, digamos assim, em estatística, que a equipe técnica conhece e incorpora. Mas acho que seria importante também ter uma capacidade de análise. Essa divisão IBGE e IPEA, inclusive dentro do mesmo Ministério, não me fazia muito sentido. Inclusive, havia uma diferença salarial, que era muito complicada. O pessoal do IPEA ganhava muito melhor e, frequentemente, criava uma situação quando saiam os dados e os jornais diziam "pesquisa do IPEA disse não sei o quê...", e os dados eram sempre do IBGE.

O SENHOR PODERIA CONTAR UM POUCO COMO SE TORNOU PRESIDENTE DO IBGE?

Na verdade, o convite foi feito através do Edmar Bacha, que na época estava na equipe do Plano Real e me convidou, fez esse contato inicial. Depois, eu tive contato com o Ministro do Planejamento da época, que era o Beni Veras, que formalizou o convite. Acho que já havia nessa época uma preocupação, da equipe do Plano Real, com a questão das estatísticas dos índices de custo de vida, inflação. Então, nós tivemos várias conversas sobre isso, sobre como seria a questão da inflação dentro do quadro de estabilização econômica, que estava se planejando. Penso que havia uma certa insegurança sobre como o IBGE ia atuar nessa situação, porque a pessoa que estava na Presidência [Silvio Minciotti] não tinha um *background* econômico. Então, era isso, eles me convidaram para assumir nesse contexto, apesar de eu tampouco ser economista.

DE QUE FORMA O SENHOR MONTA A SUA EQUIPE? QUAL FOI O CRITÉRIO? TEVE ALGUMA INDICAÇÃO?

Não, eu não conhecia nada. Na verdade, na época que eu entrei o IBGE estava em greve; eu assumi em plena greve e mantive a equipe que estava aí, que estava no lugar. Então comecei a me informar, comecei a chamar as pessoas, conversar, aos poucos, eu fui substituindo alguns, na medida em que ia entendendo melhor a situação. Mas mantive inicialmente a equipe que estava.

O SENHOR RECEBEU ALGUM PEDIDO PARA COLOCAR ALGUÉM EM ALGUMA UNIDADE ESTADUAL?

Não. Sempre houve, não naquele momento inicial, mas ao longo do Governo Fernando Henrique recebíamos muitas vezes uma listinha do Ministério do Planejamento que dizia: "aqui tem indicação de fulano para não sei o quê". E nós tipicamente respondíamos que já tínhamos resolvido, os cargos estavam ocupados e ficava por isso mesmo. Houve telefonemas de Deputados indignados porque não nomeei fulano de tal, e que eu não cumpria algum acordo político de distribuição de cargos, que, se de fato houve, nunca tomei conhecimento. Teve um que me ameaçou de pedir meu cargo ao Presidente da República. Eu disse: "Então, você peça". Mas na verdade eu tinha toda liberdade para nomear quem eu quisesse.

FOI A PRIMEIRA VEZ QUE O SENHOR ASSUMIU A DIREÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA?

Isso foi.

SOBREMODO SENDO UMA INSTITUIÇÃO TÃO GRANDE COMO O IBGE, ISSO LHE CAUSOU ALGUMA APREENSÃO?

Eu entendi que era uma coisa grande, era uma coisa complexa, e eu fui com a intenção de aprender. Eu não acho que sentia que eu não ia conseguir, mas também sabia muito bem que eu tinha muito que aprender nessa história.

E LOGO DEPOIS DE ASSUMIR A PRESIDÊNCIA, O SENHOR ENVIA UMA CARTA À DIREÇÃO DO STATISTICS CANADA, SOLICITANDO UMA CONSULTORIA DE AVALIAÇÃO SOBRE O IBGE. POR QUE O CANADÁ? COMO FOI A RECEPÇÃO DENTRO DO IBGE?

Eu confesso que eu não sei, não consigo reconstituir muito bem como é que foi esse processo. Nessa época, o Statistics Canada era uma das

instituições mais proeminentes no mundo, em matéria de estatística. Acho, inclusive, que o Statistics Canada depois até sofreu bastante, mas na época, com Ivan Fellegi, que era o Presidente, e Jacob Ryten, o Vice-Presidente, o Instituto tinha um trabalho bastante grande de cooperação técnica com vários países. Eu não lembro exatamente se isso coincidiu com a minha participação na Conferência de Estatística das Nações Unidas, onde eu tive contato com eles. Eles tinham uma pessoa, Béla Prigly, que fazia o contato regularmente com outros países da América Latina e era a responsável pela cooperação internacional. Eu lembro que nós nos aproximamos, conversamos e eles se dispuseram a cooperar conosco. Eu não acho que houve assim um trabalho sistemático de procurar diferentes países. Foi uma coisa que aconteceu. Talvez, até eu possa estar esquecendo, mas na época não havia dúvida de que esse era um dos centros de estatísticas mais conceituados. A atuação deles na Comissão de Estatística das Nações Unidas [United Nations Statistical Commission] era muito importante, e era onde, na verdade, o IBGE buscava muitas das orientações técnicas. Não me lembro exatamente quando, mas participei de mais de uma reunião da Comissão, nas Nações Unidas, e eles eram muito presentes ali. Então, para mim, era uma escolha natural. Acho que a recepção dentro do IBGE foi boa; as pessoas receberam bem. Não me lembro de nenhuma resistência, nenhuma dificuldade.

QUAL ERA A SUA INTENÇÃO NA ÉPOCA?

Havia uma coisa que eu precisava ter para mim: uma visão externa do que estava acontecendo com o IBGE. Eu mesmo não tenho uma formação em Estatística Pública, nem em Estatística. Fiz Ciências Sociais, mas a minha formação estatística não é muito boa. Então, para mim, tudo isso era novidade, eu não tinha condições de avaliar. Conversando com o pessoal do IBGE, eles iam me dizendo o que sabiam, mas eu queria ter uma visão externa. Eu queria que alguém viesse de fora e me dissesse: “Olha, isso está bem, isso está ruim”. Então, eles tiveram muito esse papel, de trazer um olhar externo, fazer uma avaliação, e depois sugerir uma série de coisas que foram muito úteis, muito importantes para o Instituto.

O SENHOR QUERIA UM DIAGNÓSTICO?

Eu queria um diagnóstico e também uma ajuda específica em áreas técnicas

para melhorar uma série de coisas. Por exemplo: uma importante decisão que provocou muita celeuma foi a suspensão dos Censos Econômicos. Foi uma recomendação deles, de transformar os Censos Econômicos em uma metodologia de pesquisa permanente, combinado à base de dados do Cadastro das Empresas, com *surveys* amostrais periódicas. Eu tenho essa impressão – aí eu não acompanhei muito de perto – de que eles ajudaram muito na parte de Contas Nacionais, além de toda essa parte de formação, de treinamento, de capacitação de pessoal. Enfim, foram várias sugestões, e toda uma interpretação que me ajudou muito a entender qual é o papel que a gente pode esperar de um instituto de estatística; que papel que ele deve desempenhar; a questão da reputação; da credibilidade. Eu aprendi muito com eles nesse processo. Acho que muita gente no Instituto também.

A MISSÃO DO CANADÁ TROUXE ALGUMA SURPRESA?

Não, acho que não trouxe surpresas, mas, na área mais especificamente técnica, essa questão dos Censos Econômicos fez uma grande diferença. Eu sabia que tinha ali um grande problema, que os Censos de 1985 nunca tinham sido completamente analisados. Quando eu cheguei, na verdade, o Censo Demográfico 1990 [realizado em 1991] também não tinha sido publicado ainda. Uma das primeiras coisas que eu fiz foi ver se a gente soltava logo o Censo 1991; os Censos Econômicos nunca foram completados. Eu não tinha condições, sozinho, de entender qual era o caminho, o que você fazia com isso, se precisava ter um Censo Econômico ou não. O pessoal do IBGE estava muito comprometido com aquilo que eles estavam fazendo, era um projeto deles. Então, eles não iriam me dizer: “Olha, é outra coisa completamente diferente”. Então, o fato de vir alguém de fora e dizer: “Olha, não é por aí, hoje em dia as coisas não se fazem assim, tem outra maneira de ver isso”, foi de grande importância. Eu precisava realmente de gente de fora, uma visão externa, para poder fazer esta mudança.

E COMO O SENHOR CONVENCEU A EQUIPE TÉCNICA SOBRE AS NOVAS AÇÕES?

O grupo técnico que estava ali [no IBGE] participou das discussões, participou de todo o processo e concordou. Não foi uma decisão que tomei sozinho.

Entenda o fim dos Censos Econômicos e como ficaram as pesquisas econômicas

Até os anos 1980, os Censos Econômicos tinham papel central na organização da produção de estatísticas da indústria, comércio e serviços, como fonte de dados estruturais e como base para as amostras de pesquisas contínuas e indicadores conjunturais. Este modelo, no entanto, foi se mostrando incapaz de acompanhar as demandas por informações mais rápidas e mais abrangentes, próprias de uma economia que crescia e se diversificava em um ambiente de transformações. Agravando a situação, os Censos Econômicos, previstos para 1990, foram adiados por motivos orçamentários. A constatação dessas dificuldades levou à reflexão sobre o modelo e os procedimentos até então adotados na produção das estatísticas econômicas e à busca de alternativas capazes de responder ao desafio de como produzir, com os recursos disponíveis, estatísticas econômicas integradas, atualizadas, diversificadas e de qualidade. Em 1994, a Missão Canadense, a pedido do IBGE, incluiu a discussão da transição do modelo das estatísticas econômicas, centrado na realização de Censos, para um sistema integrado de pesquisas por amostragem, que correspondia ao caminho seguido nos países com sistemas estatísticos mais avançados, como o Canadá. As discussões foram fundamentais para os trabalhos que já estavam em andamento no IBGE. O foco central foi promover a transição para um sistema integrado de pesquisas apoiadas em um Cadastro de Empresas, construído e atualizado com o uso de registros administrativos, cobrindo o universo das unidades empresariais do País. O Cadastro Central de Empresas - Cempre, peça central na nova arquitetura de produção das estatísticas econômicas que se queria montar, reúne informações cadastrais e econômicas oriundas de pesquisas anuais do IBGE, nas áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços, bem como da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged, ambos do Ministério do Trabalho. A articulação com esses registros administrativos garante a cobertura e a atualização sistemática do universo de empresas do País. Por sua vez, o desenho amostral das pesquisas possibilita a produção de dados representativos do universo das empresas de forma rápida, menos custosa e com qualidade. O primeiro passo foi priorizar a padronização para ampliar as articulações entre as diversas fontes nacionais, tornando segura a harmonização com padrões internacionais, necessária para a comparabilidade entre

os países. Nesse processo, o pré-requisito foi a revisão das classificações econômicas, que resultou na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, implementada no sistema estatístico e nos registros administrativos.
Por envolver ampla reestruturação da produção das estatísticas econômicas do IBGE, o programa foi implementado em etapas: a oficialização da CNAE (1994), a realização de extensa pesquisa de campo para atribuição do novo código às unidades empresariais e a reorganização do Cadastro de Empresas com identificação do código CNAE (1995-1996); a implementação das pesquisas estruturais de Indústria (empresas: ano-base 1996 e produto: ano-base 1998), Comércio (ano-base 1996), Serviços (ano-base 1998) e Construção (ano-base 2002); e a implementação dos indicadores conjunturais de Comércio (ano-base 2000), Indústria na base CNAE e Prodlist (ano-base 2004) e Serviços (ano-base 2012). Dentro da arquitetura e dos parâmetros fixados no programa, o sistema de pesquisas econômicas do IBGE tem evoluído ao longo do tempo, completando a cobertura setorial das pesquisas estruturais e conjunturais com as necessárias revisões para atualização de novas versões das classificações, seguindo as revisões dos padrões internacionais, e implementando pesquisas com a abordagem de novos temas.

OS SEUS RELATÓRIOS DE GESTÃO TÊM MUITA QUALIDADE NO CONTEÚDO E NA FORMA. A IDEIA DESSES FORMATOS ERA DO SENHOR OU OUTRAS PESSOAS AO ACASO DAVAM ISSO PARA O SENHOR?

Não, acho que é uma coisa minha. Quer dizer, eu, nas Ciências Sociais, independentemente do IBGE, sempre procurei ter uma linguagem muito clara e o mais simples possível. Sempre achei que quando a linguagem é muito complicada é porque a pessoa não está conseguindo se expressar direito. E se você sabe o que está dizendo, você tem que dizer de maneira inteligível. Isso para mim sempre foi um valor, e sempre tratei de fazer isso em todas as coisas que eu fiz. Então, acho que ali foi a mesma coisa.

DEPOIS DE ALGUNS MESES NA PRESIDÊNCIA, O SENHOR APRESENTOU O PRIMEIRO BALANÇO, QUE FOI O DOCUMENTO *O PRESENTE E O FUTURO DO IBGE*. O QUE ESPERAVA COM ESSE BALANÇO?

Eu não consegui o que eu queria. Eu, na verdade, achava que o IBGE tinha que ter uma gerência muito mais eficiente, muito mais próxima de uma instituição de

pesquisa, baseada em critérios de mérito, muito mais flexibilidade, e não que fosse um serviço público, uma repartição pública. Eu tentei, em vários momentos, ver se a gente conseguia tirar o IBGE da situação de uma repartição pública e fazer essa transformação. Na verdade, você sabe que o IBGE, na década de 1970, era uma fundação e, em princípio, pelo menos, tinha mais flexibilidade gerencial, típica do direito privado. Isso foi revertido, acho que depois da Constituição de 1988. Então, quando cheguei lá, o IBGE tinha voltado a ser uma repartição pública e tinha todos os vícios de uma repartição pública. Ele não tinha liberdade de mexer com os orçamentos, os quadros fixos de pessoal; enfim, toda a rigidez do serviço público. Isso, infelizmente, não mudou. Tentei também, fiz um esforço, tentei negociar com o governo federal a criação de um quadro maior. Eu achava que o IBGE deveria ter um quadro técnico maior e mais qualificado. Talvez, reduzir a parte administrativa. Tinha uma estrutura descentralizada, com Unidades Regionais que nunca me convenceram muito de que eram necessárias. Então, eu tenderia a simplificar a parte administrativa e fortalecer a parte mais do centro, do núcleo de pesquisa e de análise. Um quadro mais qualificado. Mas não consegui, essa foi uma das coisas que eu não consegui convencer o governo federal a me dar, não só os recursos, mas a flexibilidade para fazer isso.

O SENHOR TEM UM DESENHO DE UM IBGE NA SUA CABEÇA. O SENHOR PODE FALAR MAIS SOBRE ISSO?

Eu não sei se eu tinha um desenho acabado. Mas acho que, basicamente, a estrutura que encontrei – uma estrutura dessa enorme Rede com as unidades locais, depois as coordenações regionais – parecia já bastante obsoleta. Eu achava que a gente já estava numa época que poderia ter um sistema um pouco como a figura: em vez de ter uma cabeça pequena e um grande corpo, ter um corpo menor e uma cabeça maior. Acho que era mais ou menos isso. Não precisaria ter uma Rede desse tamanho, formada basicamente de pessoal de nível médio, e as sedes regionais já não tinham muito papel a desempenhar, porque a informática fazia tudo no Rio de Janeiro. Então, isso era uma estrutura grande, cara, pesada, porque eram 7 000, 8 000 pessoas, naquela época. E tudo isso eu achava que deveria evoluir pra uma instituição menor, mais enxuta, mais qualificada.
Essa era a ideia que eu tinha, com mais flexibilidade. Mas, apesar de na época também haver lá o Ministério da Reforma Administrativa, com uma série de ideias sobre como o IBGE e as instituições poderiam se transformar, isso não andou; e tinha muita resistência do próprio pessoal do IBGE.

O SENHOR TENTOU TIRAR O IBGE DO REGIME JURÍDICO ÚNICO – RJU, MAS NÃO TEVE APOIO INTERNO, CERTO?

Não, não tive apoio. Fiz uma reunião com o pessoal técnico, na época, com os Diretores, todo mundo. Acho que chegou até a ter uma votação. A maioria do pessoal disse que não queria, era contra. Eu já não tinha muito apoio do governo federal, se o pessoal de dentro também não dava apoio, não tinha muito para onde ir.

ESSA VISÃO DE UM IBGE COM A CABEÇA MAIOR E UM CORPO MENOR, NA ÉPOCA, O SENHOR CHEGOU A DIZER QUE NÓS NÃO PRECISARÍAMOS TER AGÊNCIAS FÍSICAS, BASTARÍAMOS TER EM ALGUNS LOCAIS UM REPRESENTANTE DO IBGE PARA ATUAR, ATRAVÉS DE UM COMPUTADOR. O SENHOR, ENTÃO, QUANDO FAZ UMA REFLEXÃO DESSA, NÃO ESTARIA EXTRAPOLANDO DEMAIS A SUA CAPACIDADE, EM INFORMÁTICA, PARA UMA INSTITUIÇÃO QUE NÃO CHEGA A TER TANTO ESSA HABILIDADE?

Não sei. Acho que há várias coisas misturadas aí. Acho que o problema não é a informática. A informática é o meio. Você pega o dado e processa o dado. Como é que você coletou o dado? É outra questão, coletando o dado pela Rede ou não. Tanto que, hoje em dia, a gente sabe que a Rede está muito debilitada, e grande parte da coleta de dados do IBGE é feita por pessoal contratado temporariamente. Então, digamos, a questão do processamento de dados é outra. Agora, acho que você poderia, por exemplo, trabalhar com mais parcerias. Esse foi um tema que provocou muita discussão, tinha muita resistência dentro do IBGE. Talvez um pouco ingenuamente, eu achava, por exemplo, que se São Paulo tem um SEADE [Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados], que faz trabalho de pesquisas estatísticas de São Paulo, porque o IBGE precisava ter uma estrutura administrativa paralela ao SEADE? Por que o SEADE não coletava os dados em parceira com o IBGE? Na verdade, nós tentamos uma harmonização das estatísticas de emprego com o SEADE; deu errado, houve problemas políticos aí. Mas a minha ideia é de que você podia ter um sistema que você pudesse contratar temporariamente, envolver universidades e instituições. Enfim, você não precisava manter uma estrutura fixa de funcionários públicos para esse trabalho de rotina de coleta de dados. Essa é a ideia, e eu continuo achando isso. Muitos países, para fazer o Censo, mobilizam outras pessoas e instituições. A Argentina faz isso: ela bota todos os professores da rede pública para coletar os dados. Você não precisa ter uma rede unificada nacional, com

7 000 pessoas, ou 8 000 pessoas, e milhares de unidades locais para você poder fazer isso. No passado, uma das funções das representações estaduais era dar acesso a uma biblioteca com as publicações do Instituto, e as pessoas iam lá buscar informações. Mas, na medida em que o sistema de informatização vai avançando, você realmente não precisa disso. Você bota um terminal em alguma instituição local, ou simplesmente disponibiliza a informação na Internet, como ocorre hoje. Você não precisa desta estrutura em cada estado.

O SENHOR CHEGOU A ANUNCIAR QUE TERIAM PESQUISAS DA ÁREA DE TRABALHO QUE SERIAM FEITAS EM COOPERAÇÃO COM O SEADE; O QUE ACONTECEU?

Nós tivemos um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério do Trabalho, com uma pessoa de lá, e o Ricardo Paes de Barros [economista] na época participou também, ajudando, e tivemos várias reuniões com o Seade. O Seade tinha, e ainda tem, um sistema de estatística de emprego, em que vários estados participavam, e que concorria com o sistema federal. Os dois eram financiados pelo governo, pelo FAT [Fundo de Amparo ao Trabalhador]. O Ministério do Trabalho financiava um e o Ministério do Planejamento financiava o do IBGE. Então, a ideia é que a gente podia unificar esses dois sistemas e ter um sistema único. Se o sistema único funcionasse, o IBGE poderia parar de coletar dados de emprego em São Paulo e usar os dados do Seade. Havia vários estados – Minas Gerais e sete ou oito outros estados – que estavam coletando informações usando a metodologia do Seade. Se a gente pudesse chegar a um acordo, isso pouparia o IBGE, que simplesmente pegaria os dados. Desde que a gente tivesse um marco comum, um entendimento de metodologia comum. Nós avançamos muito com relação a isso, mas finalmente, na época, o Seade não quis, não quis aceitar essa unificação.

NÃO ACEITARAM NA ÉPOCA?

Não. Eu não sei exatamente qual é a origem desta duplicação, mas entendo que as estatísticas de emprego do Seade foram desenvolvidas na época do Governo Franco Montoro (1983-1987), quando José Serra era o Secretário Estadual de Planejamento, em parceria com o Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos], que era um centro de pesquisas dos sindicatos, como uma alternativa às pesquisas do IBGE. Havia ideia de que os dados que produziam eram melhores, estavam alinhadas à visão dos trabalhadores e captavam as diferentes formas de subemprego que as estatísticas do IBGE, órgão do governo federal, na época do PSDB, não contemplavam. O fato

é que os dados de desemprego do Seade eram, sistematicamente, maiores do que os divulgados pelo IBGE. As reuniões técnicas que tivemos mostraram claramente que seria possível, e desejável, ao invés de publicar um índice único de desemprego, que fossem publicados diferentes números de desemprego absoluto, subemprego etc., compatibilizando assim as preocupações dos dois lados, e o próprio IBGE estava, na época, revisando a metodologia de suas estatísticas de emprego. Então, do ponto de vista técnico, não haveria problema. Mas havia uma questão política, e também dos recursos do FAT que os diferentes estados que reproduziam a pesquisa do Seade recebiam. Se tivesse havido um acordo, o IBGE naturalmente seria o coordenador das novas estatísticas, e isto era visto com desconfiança. Basicamente, foi isso.

O QUE O SENHOR DESTACA COMO MAIS SIGNIFICATIVO NA SUA GESTÃO?

Acho que, como já mencionamos, algumas mudanças na parte de estatística, com a contribuição do Statistics Canada. Uma coisa muito importante para mim, que acompanhei bem de perto, foi toda a mudança da tecnologia. Quando cheguei ao IBGE, ainda havia aquele *mainframe* que funcionava na Mangueira [Complexo do IBGE do Rio de Janeiro]. Eu me lembro que, na época, nós fizemos uma estimativa, não sei se verdadeira ou não, de que o IBGE pagava US$ 1 milhão por mês para a manutenção daquele sistema, que era alugado e operado pela IBM, por um valor muito acima do preço de mercado. A manutenção, o *software*, o aluguel do equipamento, tudo aquilo era um pacote extremamente caro, e nós em alguns anos conseguimos acabar com isso. Criamos um sistema muito menor, muito mais flexível; um computador nas mesas das pessoas. Era o momento em que a tecnologia estava se transformando. Nós entramos nisso. Criamos um *site* na Internet, começamos a colocar os microdados à disposição da população, dos especialistas, que era uma coisa que não havia. Eu lembro também que havia certa discussão sobre qual é o papel, qual é o lugar do IBGE no País, qual a função do IBGE. E havia certa ideia assim: bom, o IBGE é um lado importante do sistema de planejamento, ele produz informações para o planejamento, mas como o Brasil não está planejando, então o IBGE fica abandonado, porque não há um bom sistema de planejamento para usar os dados do IBGE. Esta é a visão que se tinha lá antigamente, que vinha ainda do tempo dos militares. Mas eu nunca acreditei muito no planejamento com P maiúsculo. Acho que a ideia de que você vai planejar a economia, planejar a sociedade, era uma ideia equivocada, não é assim que as sociedades modernas

funcionam. Aliás, essa era também uma ideia do Isaac Kerstenetzky. Ele pensava assim. O Isaac não era uma pessoa identificada com o Governo Militar; era uma pessoa muito liberal e antiautoritária, mas, intelectualmente, ele tinha uma visão de sistema nacional, de coordenação, de planejamento, muito totalitária. Era a visão que predominava na época. Eu tinha uma visão completamente diferente; achava que uma instituição como o IBGE era um órgão de informação para a sociedade, e o Estado, o governo brasileiro – assim como os governos locais e municipais – faz parte da sociedade, como um usuário, até mesmo privilegiado, das informações, mas não como seu dono e principal destinatário. Sua função é produzir informações de interesse social para todo mundo, para o governo, para o setor privado, para a opinião pública, internacional etc. Daí esta preocupação em colocar os dados à disposição do pesquisador, de tentar atender o público da melhor maneira possível. Outra coisa de que eu fiz muita questão na época foi aumentar a presença do IBGE nas estatísticas internacionais. Havia uma coisa muito complicada: os dados do IBGE não apareciam nas estatísticas internacionais. Mesmo que os dados existissem, quando chegavam pedidos de informações de agências internacionais aquilo era jogado num canto; não tinha ninguém para responder. E eu comecei a dizer: "Não. Passa por mim. Eu quero ver quais são os pedidos". E comecei a fazer questão de garantir que a informação nossa aparecesse. Nós também fizemos a publicação *Brasil em Números*, em Inglês e Português, que também foi uma maneira de ter uma informação disponível, informação organizada e sistemática, para quem quisesse conhecer o Brasil; convidamos especialistas para comentar cada um dos temas[23]. E também acho que, por bem ou por mal, a gente conseguiu certa estabilidade institucional. Aquela imagem de que era uma instituição caótica, que vivia em greve, isso desapareceu, e começou a prevalecer mais que era uma instituição séria, responsável, com alta credibilidade. Acho que ajudei a fortalecer essa visão.

A DISSEMINAÇÃO E O PORTAL FAZEM PARTE DESSA VISÃO DE VALORIZAR A RENOVAÇÃO TECNOLÓGICA?

Acho que sim. Havia uma questão de custo. De repente, esse custo ficou mais barato, mais accessível. Ficou mais barato você manter um computador na mesa de cada

[23] O primeiro fascículo bilíngue, com análises e comentários de especialistas, foi publicado pelo IBGE em 1998.

pessoa do que manter aquele computador gigantesco na Mangueira[24]. Também houve a questão da mudança da Sede, que foi uma coisa importante: a saída de Mangueira, que foi uma decisão que a gente acabou tomando, porque a situação estava muito difícil, com balas que entravam nas janelas do IBGE, as pessoas fisicamente ameaçadas na porta; enfim, a situação de Mangueira era difícil. Nós conseguimos mudar para a Avenida Chile [Centro do Rio de Janeiro], e nessa mudança também aproveitamos para fazer as instalações, colocar a fiação adequada para colocar os computadores nas mesas dos técnicos. Nós trocamos o computador de Mangueira por um computador muito menor, que passou a funcionar na Avenida Chile.

O processo de transformação da tecnologia no IBGE

Em 1995, alguns técnicos possuíam terminais de computadores em suas mesas de trabalho para usarem sistemas de comunicação extremamente complexos. Podia-se, nos mesmos, utilizar os Programas Carta Certa (processador de texto) e Samba (planilha de cálculo). Eram modelos XT, operando em conexão ao computador central. O processo de modernização consistiu em substituir esses equipamentos por microcomputadores modernos e estações de trabalho interligados em rede, com *software* de ambiente Windows da linha Microsoft. Foram adquiridos centenas de computadores, e não tardou para que, pouco a pouco, cada técnico tivesse um equipamento em sua mesa de trabalho. Visando capacitar seus técnicos para essa nova realidade, o IBGE organizou diversos cursos de formação e/ou aperfeiçoamento, com grande sucesso. Com essa nova tecnologia, ganhou página na Internet e abriu seu acervo de dados para acesso direto dos usuários, disponibilizando os resultados de todos os estudos e pesquisas realizados pelo Instituto. Sua página não parou de crescer; é um portal com inúmeros recursos e conteúdos informacionais e diversos prêmios conquistados ao longo dos anos.

O SENHOR PODE CONTAR UM POUCO DESSA MUDANÇA PARA A AVENIDA CHILE?

Não me lembro de muitos problemas com isso, não. Na verdade, o problema maior foi que eu não consegui dar um destino adequado ao prédio de Mangueira.

---

[24] Até o início de 1996, o principal computador do IBGE era um enorme *mainframe* IBM refrigerado a água, grande consumidor de energia e que ocupava cerca de dois andares do Complexo de Mangueira.

Isso foi uma questão que a gente tentou resolver de várias maneiras, buscando que o governo federal ou a prefeitura assumissem. Nós tivemos contato com a Prefeitura do Rio, mas não resultou em nada. O prédio ficou abandonado; sempre achei que foi uma coisa muito lamentável. Agora, acho que, para o pessoal técnico, a mudança para a Avenida Chile foi muito bem-recebida, na minha lembrança.

Entenda as razões da mudança para a Avenida Chile

O Complexo de Mangueira, no Rio de Janeiro, começou a ser instalado na gestão de Isaac Kerstenetzky (1970-1979), havendo a expectativa urbanística do Governador Francisco Negrão de Lima (1965-1971) de que para aquela região a cidade seria expandida. A construção dos prédios, a princípio, permitiria aglutinar um sem-número de unidades dispersas do IBGE, o que seria muito bom. O convívio dos ibgeanos com os habitantes do morro de mesmo nome, que formaram a tradicional Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira, foi por muito tempo pacífico. Os funcionários estacionavam seus carros nas redondezas, usavam as oficinas mecânicas ali existentes e comiam nos restaurantes caseiros ao longo das vielas, morro acima. Sem falar nas assembleias sobre os rumos das greves, realizadas na quadra da Escola de Samba, sempre inflamadas e que marcaram a história do movimento sindical do IBGE. Pouco a pouco, porém, o perigo começou a dominar a região, e o medo atingiu a todos. Nos andares, as salas próximas às janelas, que antes eram disputadas, passaram a ser repelidas. As janelas tiveram os vidros trocados, supostamente passando a serem à prova de bala, mas os projéteis das novas armas dos traficantes em confronto com a polícia atingiam e quebravam qualquer barreira de vidro, e as balas deixavam marcas nas paredes. Todos os Presidentes do IBGE desse período prometeram fazer a mudança, um anseio crescente dos funcionários, mas coube a Simon Schwartzman concretizar a promessa. Em junho de 1996, o IBGE iniciou a transferência dos servidores para as novas instalações, em um prédio na Avenida Chile, no Centro do Rio de Janeiro. Aos poucos, cerca de 1 500 servidores foram ocupando os 15 andares do Rio Metropolitan Center, com modernas estações de trabalho e computadores. Para o novo local, foram transferidos os servidores das Diretorias de Pesquisas e de Informática, e dos Departamentos de Geografia e de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, estes pertencentes à Diretoria de Geociências. Feita a mudança, o conjunto de prédios, conhecido como Complexo de Mangueira, foi transferido para a Gerência de Patrimônio da União, em 12 de fevereiro de 2003, e há mais de uma década encontra-se abandonado.

NA SUA AVALIAÇÃO, A FORMA COMO O IBGE ESTÁ ORGANIZADO, COMO ÓRGÃO ADMINISTRATIVO SUBORDINADO A UM MINISTRO DE ESTADO, REFLETE UMA CONCEPÇÃO ANTIGA. O SENHOR DEFENDIA O FORMATO DE AGÊNCIA EXECUTIVA AUTÔNOMA, COM MAIS INDEPENDÊNCIA. O SENHOR PENSA ISSO AINDA HOJE PARA O IBGE?

Eu penso do mesmo jeito, acho que o problema não foi resolvido. Inclusive, isso trouxe um problema recentemente para o IBGE, em que se levantou dúvida se o governo estava ou não estava interferindo nas estatísticas. Acho que essas coisas têm um preço muito alto, pois afetam a credibilidade da Instituição. A ideia da autonomia tem muito a ver com a questão da credibilidade. Você tem que ter uma instituição que seja como aquela história que dizem da mulher de César[25]: não basta ela ser virtuosa, ela tem que parecer virtuosa. Com um instituto de estatística é a mesma coisa: se você tem um presidente de uma instituição que pode ser demitido a qualquer momento por um ato administrativo do Ministro, e se os Diretores também podem ser demitidos a qualquer momento, cria-se uma fragilidade. A única garantia da independência do órgão é a boa vontade do governo. É claro que os governos hoje em dia sabem que, se eles atropelarem as estatísticas, eles pagam um preço alto, pois afetam a própria credibilidade. É o caso da Argentina, que a gente conhece muito bem: eles resolveram interferir, atropelar o instituto de estatística de lá e ninguém acredita nos dados que o governo publica mais; o governo perdeu a credibilidade. Então, os governos não fazem isso levianamente, mas, de qualquer maneira, seria importante que o Instituto fosse mais independente; que o cargo do Presidente tivesse um mandato, uma aprovação pelo Senado ou por outro órgão; que não fosse simplesmente uma nomeação demissível a qualquer momento; que houvesse um Conselho Técnico que tivesse capacidade de servir como uma espécie assim de colchão, de proteção, entre o governo e o Instituto; que determinadas questões técnicas, mais complicadas, passassem por um Conselho, que finalmente aconselharia o Presidente e o governo, que intermediasse essa relação, com representantes da sociedade civil, com representantes da área acadêmica, com representantes do governo. Esse órgão técnico foi criado em algum momento, mas ele nunca teve essa função, nunca

---

[25] Por volta de 60 A.C, tendo a suspeita de que sua esposa Pompéia o teria traído, mesmo acreditando em sua inocência, Júlio César a repudiou e a expulsou de casa, dizendo esta famosa frase perante o Senado Romano: "A mulher de César, não basta ser honesta, tem de parecer honesta".

desempenhou esse papel. Eu sempre achei que devia, e acho que o problema continua. Isso não foi resolvido.

O SENHOR CITOU A ARGENTINA. NA SUA OPINIÃO O IBGE CORRE O RISCO DE PASSAR POR UMA SITUAÇÃO PARECIDA COMO A QUE PASSOU O INDEC [INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DA ARGENTINA]?

Do ponto de vista formal, corre, quer dizer, nada impede que o governo faça isso. Eu não estou dizendo que vá fazer, mas não há nada que impeça. É uma questão administrativa do governo. Os cargos de Direção do IBGE, inclusive os Diretores, são nomeados por Brasília, não são nomeados pelo Presidente [do IBGE] e são demissíveis a qualquer momento. Se o governo vai usar mão forte ou não, é uma questão política. Acho que isso coloca a Instituição numa posição frágil.

NO PONTO DE VISTA FORMAL?

No ponto de vista formal. Eu não estou fazendo análise política. Houve uma situação recentemente, que a gente sabe, com relação à PNAD Contínua[26]. Falou-se que o IBGE estaria escondendo os dados, na época eleitoral, uma situação muito desagradável, que não deveria ter ocorrido. Se o IBGE tivesse uma estrutura mais forte de autonomia, essa questão não teria sido colocada. Eu não estou entrando no mérito se houve ou não houve, se houve má-fé, se escondeu, se havia ou não havia interferência. Tem gente que tem várias opiniões sobre isso. Eu não estou falando sobre isso. Agora, do ponto de vista estritamente formal, a Ministra do Planejamento da época [Miriam Aparecida Belchior] tinha poder de demitir o Presidente e nomear quem quisesse; estava na atribuição dela e continua na atribuição do Ministro do Planejamento hoje.

MAS A SOCIEDADE BRASILEIRA JÁ NÃO É SUFICIENTE MADURA?

Não sei. As coisas mudam, você tem conjunturas, tem coisas que não são muito

[26] Refere-se às suspeitas de interferência política no IBGE após a Presidente Wasmália Bivar (2011-) anunciar, em 10 de abril de 2014, a suspensão da divulgação da PNAD Contínua para que pudessem ser feitos ajustes em sua metodologia, após questionamentos de dois senadores. As suspeitas foram rechaçadas pela Presidente ao explicar que a decisão fora tomada para evitar mais sobrecarga de trabalho aos técnicos do IBGE, tendo em vista a obrigação de cumprimento da Lei Complementar n. 143, de 17.07.2013. Entretanto, após a reação do corpo técnico, a Direção voltou atrás e decidiu manter a divulgação da pesquisa, que é uma importante ferramenta para acompanhar o mercado de trabalho no País. Para informações mais detalhadas, consultar o box "Entenda por que a divulgação da PNAD Contínua foi quase suspensa", no **Capítulo Wasmália Bivar**.

explícitas, tem coisas que acontecem no dia a dia que a gente não sabe muito bem. Por que não fez tal pesquisa? Por que fez outra? Por que não publicou tal dado? Por que publicou mais uma coisa ou outra? Por que deu ênfase a um tema ou outro? E a gente não sabe. Essas coisas não ocorrem de maneira aberta. Então, eu não acho que você pode simplesmente confiar que o País está maduro, e tudo bem. Acho que você tem que ter instituições constituídas para garantir autonomia e a transparência da instituição de pesquisa. Ela tem que ser transparente. As decisões têm que ser públicas. Os dados têm que ser publicados segundo regras conhecidas, numa cronologia estabelecida e publicamente definida, com as datas em que vão sair os dados. Tem que ter transparência, tem que ter conhecimento público e tem que ter um Conselho Técnico de forte reputação, que esteja supervisionando e conversando, ajudando para dentro e para fora. Se de repente ocorre um problema dentro da Instituição, esse corpo intermediário tem que ter capacidade de falar com o governo: "Olha, tem problemas aqui, por favor, ajude". E se o governo tentar interferir, dizer: "Olha aqui, não pode, não, porque nós temos que proteger a Instituição". É um colchão, para isso serve esse tipo de Conselho.

O SENHOR JÁ PASSOU POR ALGUMA SITUAÇÃO PARECIDA COMO A QUE NÓS ESTAMOS FALANDO?

O momento mais difícil que eu passei foi, logo no início, por causa daquela situação com o Ministro Ricupero [da Fazenda]. Ele, sem saber que estava falando num microfone público, fez um comentário de que o IBGE tinha dados que mostravam que a inflação não existia mais, mas os dados não estavam publicados. Ele disse uma frase infeliz... que os dados ruins a gente esconde, que os dados bons a gente mostra, mas que tinha uma equipe do IBGE que não queria mostrar os dados, alguma coisa desse tipo. O que aconteceu, na verdade, com esse episódio, foi que nós tínhamos um calendário de divulgação dos dados e, realmente, na mudança do Plano Real, já tínhamos dados que mostravam a estabilização, mas havia um calendário que previa certo tempo entre uma divulgação e outra. Eu não lembro muito bem os detalhes, mas, se logo no início do Plano Real você começasse a publicar os dados de inflação, eles estariam carregando a inflação passada. Então, houve uma decisão, na época, de aumentar o intervalo da divulgação. Mas o governo, o Ministério, estava sabendo que tipo de informações nós tínhamos. O Ministro tinha a informação, o IBGE não tinha divulgado ainda, e ele falou isso. Isso criou uma situação muito complicada, e

eu, na época, tive que fazer uma carta pública, mandei um artigo[27] para o jornal explicando a situação do IBGE. Eu quase fui demitido pelo Presidente Itamar Franco, porque ele resolveu proteger o Ricupero, que era uma pessoa da maior respeitabilidade. Enfim, eu não o culpo de nada. Mas o fato é que, como se deu essa celeuma, a decisão do Itamar Franco foi pedir que ninguém criticasse o Ministro, e meu artigo defendendo o IBGE foi mal recebido. Eu conversei sobre o assunto com o Ministro Beni Veras [do Planejamento], e o problema foi contornado. O Ricupero teve que sair do Ministério; o Ciro Gomes entrou no lugar dele.

Entenda o caso Ricupero

Em 1º de setembro de 1994, o Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, e o jornalista Carlos Monforte, da TV Globo, estavam conversando informalmente, antes da gravação da entrevista, e não imaginavam que a antena parabólica transmitia a conversa. As inconfidências do Ministro foram ouvidas via satélite e gravadas e, entre outros assuntos, ele falou sobre o Índice de Preços ao Consumidor série r, o IPC-r de agosto, produzido pelo IBGE. Ricupero insinuou uma possível manipulação ou ocultamento do resultado. Na ocasião, a pedido do Presidente do IBGE, Simon Schwartzman, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Beni Veras, divulgou uma nota de apoio, reiterando sua total confiança, apoio e garantia da continuidade do trabalho técnico desenvolvido pelo IBGE. A repercussão do caso levou o Ministro Ricupero a deixar o cargo três dias depois. Em 4 de setembro, o ex-Governador do Estado do Ceará (1991-1994), Ciro Ferreira Gomes, assumiu o posto.

NA ÉPOCA, O MINISTRO BENI VERAS ESCREVEU UMA CARTA ELOGIANDO O IBGE, CERTO?

É, ele escreveu uma carta. Tudo isso foi uma coisa combinada com ele, e eu publiquei na época um artigo também. Mas eu soube que depois, em algum momento, o Itamar chegou a pedir minha cabeça, o que finalmente não se consumou.

---

[27] Trata-se de: SCHWARTZMAN, S. O IBGE, o IPC-r, a inflação e as eleições. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 15 set. 1994, p. 11. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/ipcr.htm>. Acesso em: fev. 2016.

Entenda a nota oficial divulgada pelo Ministro Beni Veras

Atendendo ao pedido do Presidente do IBGE, Simon Schwartzman, o Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, Beni Veras, divulgou uma nota oficial de apoio ao IBGE em 5 de setembro de 1994. A medida serviu para neutralizar as declarações do ex-Ministro Rubens Ricupero. A íntegra da nota é a seguinte: "Como órgão responsável pela produção das estatísticas básicas do país, A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atua com independência e autonomia, de acordo com metodologias de domínio público e desenvolvidas em consulta com especialistas, e conforme as diretrizes de longo prazo estabelecidas pelas autoridades governamentais. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República, à qual responde o IBGE, vem a público reiterar sua total confiança, apoio e garantia de continuidade ao trabalho técnico que vem desenvolvendo este órgão, na elaboração dos índices e indicadores de custo de vida, no processamento dos dados censitários, nos estudos sobre emprego e mão de obra, nos trabalhos de previsão de safras agrícolas, e em tantas outras pesquisas de relevância nacional".

ESSE FOI O PROBLEMA MAIS SÉRIO QUE O SENHOR TEVE? TEVE UM MOMENTO QUE O SENHOR DISSE, NUMA ENTREVISTA, QUE O IBGE NÃO TEM MÁ REPUTAÇÃO; QUEM NÃO TEM UMA CARA BOA É O BRASIL. COMO FOI?

Foi o problema sério que eu tive. Depois, já na época do Fernando Henrique, houve algum momento em que o porta-voz do governo, Sérgio Amaral, disse essa frase que você mencionou. Eu disse: "Os dados nossos são bons. Ruim é o País. Os dados estão mostrando coisas ruins. Não é que a informação seja de má qualidade. A informação é boa, mas de uma situação ruim".

ATÉ 1964 O IBGE ERA UM ÓRGÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SÓ DEPOIS QUE A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO FOI CRIADA É QUE O IBGE GANHOU UM MINISTÉRIO TUTELAR MELHOR DEFINIDO. ONDE O SENHOR COLOCARIA O IBGE, COMO UM ÓRGÃO COM AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA?

Acho que poderia ficar ligado direto à Presidência, mas a ideia de uma Secretaria de Planejamento coordenando órgãos estratégicos como o IBGE, CNPq, Finep, BNDES e IPEA não me parece necessariamente mal; mas a subordinação a um Ministério acaba isolando o Instituto do que deveria ser uma posição central no governo.

E NA CONCEPÇÃO INICIAL, TEIXEIRA DE FREITAS COLOCAVA O IBGE NA PRESIDÊNCIA, EXATAMENTE PORQUE ELE VIA A NECESSIDADE DO REGISTRO ADMINISTRATIVO, QUE PERPASSA TODOS OS MINISTÉRIOS. E O SENHOR MESMO, HOJE EM DIA, RESSALTA QUE CADA VEZ MAIS NÓS VAMOS TER QUE FICAR USANDO REGISTROS ADMINISTRATIVOS. ENTÃO, O SENHOR ACHA QUE O IBGE TEM QUE SER UM ÓRGÃO QUE PERPASSE TODOS OS MINISTÉRIOS?

Acho. Estava lembrando hoje uma experiência que não deu muito certo, uma tentativa que nós fizemos de conversar com o Ministro da Justiça, na época o Jobim, para criar um sistema de informações administrativas sobre criminalidade. E a ideia que nós tínhamos na época era que se as polícias tivessem um computador com o mesmo *software* para poder registrar as pessoas que iam lá denunciar ocorrências de qualquer coisa, crimes, você podia pegar essa informação para ter uma base nacional de informações de registros de criminalidade. Essa ideia não prosperou, o Ministro não se interessou. Enfim, não foi adiante, não houve ninguém no governo que se interessasse por ela, e o IBGE não tinha poder de implantar isso. Se o IBGE tivesse numa posição mais alta, ele teria esse papel. No Canadá, o Fellegi, que era o Presidente do Statistics Canada, tinha *status* ministerial. Isso acho que hoje em dia não tem mais, o Statistics Canada perdeu essa posição. Mas, na época que nós tivemos essa cooperação, ele era do Gabinete Presidencial, funcionava a nível alto, como se fosse um Ministro de Estado, e tinha um papel muito importante em toda essa questão.

A SUA IDEIA É QUE O IBGE FICASSE LIGADO À PRESIDÊNCIA, COMO UMA AGÊNCIA, É ISSO?

É, uma agência autônoma, mas, digamos, respondendo à Presidência. Na verdade, a ideia básica é que ele fosse uma agência autônoma. Ele não precisava ficar ligado, podia ficar ligado formalmente, mas com autonomia. Você teria um Conselho nomeado, com a participação do governo, evidentemente, teria um processo de nomeação da Direção, que também passaria por um processo adequado de indicação, e seria uma agência autônoma. Ela teria um mandato, recursos, o Congresso aprovaria o orçamento, ela teria uma tarefa para cumprir, e prestaria contas.

O SENHOR ASSUMIU O IBGE NO MEIO DE UMA GREVE DOS SERVIDORES. COMO FOI O SEU RELACIONAMENTO COM OS REPRESENTANTES DO SINDICATO? POR QUE NA SUA GESTÃO NÃO FORAM PERCEBIDOS OS MOVIMENTOS DE GREVE NO IBGE?

Logo que eu assumi, o Sindicato me procurou, querendo estabelecer uma boa

relação, querendo um diálogo. Eu achei bom e recebi, conversei com eles, mas, logo depois, a coisa começou a ficar difícil porque me dei conta de que o Sindicato atuava politicamente. Eles diziam que estavam interessados na Instituição, mas tinham uma agenda política de oposição e atuavam no sentido de sabotar o nosso trabalho. Acho que o Sindicato, nessa época, tinha força entre os funcionários administrativos, mas tinha pouca força na área técnica. Por isso mesmo as tentativas, as várias tentativas de greve, não deram certo, porque ele [o Sindicato] não tinha apoio dentro. Eu atribuo basicamente a isso. Penso também que nesse período do Governo Fernando Henrique não havia muito espaço para uma coisa muito radical, coisas desse tipo. Mas houve várias tentativas de greve e nunca deram muito certo. A minha lembrança é que o corpo técnico não acompanhava, ainda que sempre que se levantasse uma bandeira salarial o pessoal técnico ia apoiar, pois todo mundo, evidentemente, quer mais salário, e a situação salarial nunca era muito boa, mas as greves, frequentemente, eram políticas e iam muito além da questão salarial, e o pessoal técnico não acompanhava.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DAS GREVES DO IBGE COM RELAÇÃO À IMAGEM DA INSTITUIÇÃO?

Acho muito ruim. Greve de servidor público deteriora muito a Instituição, a população vê muito mal, é uma coisa que tem um custo muito alto para a Instituição. É a mesma coisa que acontece hoje em dia com as greves dos professores; só piora a situação da educação, dos professores. Eu não lembro muito da greve ter impedido que a gente divulgasse estatísticas importantes. Sempre conseguimos manter os dados saindo na agenda esperada. Creio que não houve uma interrupção, mas, na medida em que há, é um prejuízo grande. Essa questão da reputação e da imagem de uma instituição é muito importante, porque como é que você prova que seu dado é verdadeiro? A população não sabe a metodologia que você usa ali, você tem que mostrar, tem que ter uma imagem de respeitabilidade, de responsabilidade, de fazer as coisas direito. Isso aparece o tempo todo. Gente tumultuando, paralisando, fechando as ruas depõe muito contra a Instituição e contra a credibilidade dos dados que ela produz.

O SENHOR ESTÁ FALANDO DE IMAGEM. COMO ERA O SEU RELACIONAMENTO COM A IMPRENSA?

Era bom. Nós tínhamos várias pessoas que faziam o contato com a imprensa

na época, tínhamos todo um trabalho de apresentação dos dados. A gente chamava a imprensa, havia uma rotina de às vezes combinar encontros comigo para tomar café da manhã ou alguma coisa desse tipo; para conversar com jornalistas. Eu sempre tive uma atitude muito aberta. Qualquer pessoa que me procurava, eu conversava, sempre tive uma atitude muito franca, muito aberta com jornalistas. Então, creio que a relação sempre foi boa, não tenho queixa, não. O que tinha problema, sim, é que os jornalistas muitas vezes não entendiam do assunto, quer dizer, isso é um problema da imprensa, tinha pouca gente especializada e frequentemente mudava. Nós, inclusive, chegamos a montar um curso de capacitação de jornalistas, para eles entenderem os dados que o IBGE produzia. Mas aí precisava fazer um curso, depois na semana seguinte esse pessoal estava despedido, vinham outros, que não sabiam nada. Então, faziam perguntas, a famosa pergunta "Qual o *deficit* habitacional do País?". Eles queriam um número. "Não, isso é muito mais complicado, não é assim." Eles não querem: "Mas qual é o número? Quantos?". Eles querem um número para colocar na manchete. Às vezes, você não conseguia passar desse nível. Outros já tinham mais experiência. Havia algumas [jornalistas] mulheres, eu não me lembro mais o nome, que acompanhavam o IBGE há mais tempo; então, já entendiam mais, já sabiam mais as questões, faziam perguntas mais pertinentes. Mas o relacionamento não era ruim, não.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DO PAPEL DA IMPRENSA NA DIVULGAÇÃO DOS DADOS DO IBGE, EM RELAÇÃO À IMAGEM DA INSTITUIÇÃO?

É muito importante, acho que o IBGE sempre teve uma cobertura muito boa da imprensa. As coisas do IBGE sempre repercutem muito, desde a minha época, e continua sendo assim.

OS PESQUISADORES PRECISAM TER UM OLHAR PARA A DIVULGAÇÃO?

Sem dúvida, sem dúvida, acho que sim. Tenho a lembrança de que o IBGE sempre faz isso. Tanto que quando há uma pesquisa importante a imprensa é chamada, distribui-se o material, alguns técnicos estão ali à disposição para explicar os dados. Isto tem sido uma tradição.

O SENHOR DAVA VALOR A ÁREA DE COMUNICAÇÃO?

Dava.

NA SUA GESTÃO, TINHA UM CANAL QUE O SENHOR FALAVA COM O PRÓPRIO SERVIDOR; ERA POR *E-MAIL*?

É. Como eu gostava de usar *e-mail*, e tinha lá o computador, em princípio era aberto, as pessoas podiam me mandar mensagens. Não muita gente fazia isso, mas de vez em quando eu recebia e respondia.

O SENHOR MESMO RESPONDIA?

Sim, e eu me lembro que, às vezes, havia uma troca meio áspera de mensagens com o pessoal da área técnica, que mandava mensagem para mim, eu respondia e continuava a conversa. Mas havia o princípio de que eu estava accessível. As pessoas não tinham que passar pelos canais burocráticos. Isso não foi muito usado, não, mas, o pouco que foi feito, acho que foi bom.

NA SUA GESTÃO, DE QUE FORMA AVANÇOU A ÁREA DE GEOCIÊNCIAS?

Essa área é uma área muito problemática. Eu, inclusive, tentei fazer uma coisa parecida com o Statistics Canada, que foi convidar uma comissão externa para avaliar a área de Geociências. Não internacional, mas várias pessoas do Brasil, de fora que vieram: universitários de diferentes áreas para fazer avaliação da área de Geociências para mim, para ver o que a gente podia fazer com ela. Não adiantou muito. Fizeram um relatório meio burocrático, que não acrescentou muita coisa.

HOUVE UMA COMISSÃO EXTERNA?

Houve; eu não lembro exatamente, não, mas houve. Creio que havia dois problemas ali. Havia um problema com a Geografia. A Geografia é uma disciplina que já não existe mais, já não existia mais. A área de Geografia tinha sido formada por velhos geógrafos. Eu me lembro, ainda tinha alguns quando eu cheguei. O Speridião Faissol[28], por exemplo, estava lá ainda. Faissol era uma pessoa que tinha aprendido um pouco de Estatística e fazia análise estatística simples de alguns dados. Na época, era uma grande coisa. Se você olhasse do ponto de vista das Ciências Sociais, era uma coisa pequena. Ele era um dos grandes geógrafos do IBGE. A área era intelectualmente muito pobre, a Geografia é praticamente inexistente. Eu diria – os geógrafos não vão gostar de me ouvir dizer isso – que a Geografia

---

[28] O geógrafo do IBGE, Speridião Faissol, foi um dos principais expoentes e divulgadores da Nova Geografia no Brasil. Ele foi também Diretor Técnico do IBGE, de março a setembro de 1979, ao final da gestão de Isaac Kerstenetzky.

perdeu o conteúdo, ela perdeu o lugar, porque a chamada Geografia Humana é Economia, é Demografia, é Sociologia. Depois, você tem a outra Geografia, que é a Cartografia. Aí, isso foi dominado pelas novas tecnologias. O IBGE herdou o programa de imagens áreas, da Bahia, o Projeto RADAM. Nós tínhamos áreas do Brasil que não tinham sido mapeadas ainda, porque havia um processo muito manual de pegar aquelas fotografias e colocá-las em forma digital. Havia uma equipe pequena, dedicada, mas com poucos recursos, enquanto a tecnologia em nível internacional avançava a passos gigantescos, e a gente não tinha condições de acompanhar. Então, os dois lados. Penso que ficou muito débil aquela coisa toda. Eu brincava que em vez de o IBGE ter essa área toda de Geociências – eles diziam que o IBGE coordenava o Sistema Nacional de Cartografia –, o Fernando Henrique deveria aproveitar a amizade dele com o Clinton e pedir para nos dar logo os mapas que eles tinham. Porque certamente os americanos tinham o mapa detalhado do Brasil todo, por satélite, que a gente não tinha. E de fato isso foi mudando muito. O IBGE, no passado, tinha todo aquele trabalho de Geodésia, de identificação, de marcação dos pontos territoriais; depois, veio o GPS. Hoje em dia, eu pego meu telefone e faço aquilo que o IBGE fazia, com grandes torres, com caminhões que viajavam pelo interior do Brasil; aquela coisa heroica do IBGE do passado. Você pega o telefone e faz "clique": ele te dá a coordenada ali. E já estava assim. Então, a área de Geociências não conseguiu acompanhar. Aqueles mapas bonitos que o IBGE imprimia também ficaram uma coisa bonita, mas sem muita função, e a área de Geografia, enquanto tal, perdeu o sentido. Penso que foi o que aconteceu. O IBGE tinha uma *Revista Brasileira de Geografia*[29]. Tinha uma revista que o IBGE fazia meio de qualquer jeito, o pessoal mandava uns artigos que eram impressos. A gente conseguiu transferir a *Revista Brasileira de Estatística*[30] para a Sociedade Brasileira de Estatística, que passou a assumir. O IBGE que continuou imprimindo, mas a coordenação passou para a área de Estatística. A gente tentou a mesma coisa para a de Geografia, mas não tinha do outro lado alguém para receber isso.

---

29 O primeiro fascículo da *Revista de Brasileira de Geografia* corresponde a jan. 1939.

30 O primeiro fascículo da *Revista de Brasileira de Estatística* corresponde ao trimestre jan./mar. 1940.

E AS QUESTÕES DO MEIO AMBIENTE?

Pois é, a questão do Meio Ambiente ela era uma questão que eu achava que a gente podia seguir. A gente não avançou muito. Teve um trabalho interessante, que eu fiquei fascinado quando eu cheguei, era um trabalho de zoneamento da Amazônia[31]. Era um trabalho que tinha uns mapas muito bonitos, todas as partes da Amazônia, com as diferentes regiões, não sei que nome se dá... geofísicas e humanas da Amazônia. Havia um trabalho na área de clima, onde eu achava que o IBGE podia se desenvolver mais. Mas penso que não avançou muito, não. Eu achava, na época, que era por aí.

O SENHOR ACHA ISSO AINDA HOJE?

Eu ainda acho. Essa área ambiental, no Brasil, não andou muito, em geral. O governo brasileiro não tem um setor no País onde essa questão é tratada com nível adequado, com as informações adequadas. Você tem o INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais], hoje em dia, que faz um trabalho importante de informações, você tem algumas agências, mas a área ambiental tem muita coisa mais a ser desenvolvida, a ser fortalecida. E o IBGE podia ser uma instituição que coletasse informações sobre isso, que divulgasse informações sobre isso. Falou-se, numa certa época, em trazer informação ambiental para dentro das Contas Nacionais. Havia umas ideias de você usar o custo ambiental também como elemento das Contas Nacionais. Enfim, eu achava que isso era uma área que poderia crescer. Mas aí nós não tínhamos gente para isso. A gente precisaria trazer um quadro completamente novo de pessoas. O pessoal que estava aqui não tinha condições de fazer isso.

O SENHOR CITOU O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE, ELE ERA SEU AMIGO?

Eu conheço Fernando Henrique desde a época em que eu era estudante; ele era professor da USP [Universidade de São Paulo], eu era estudante em Belo Horizonte, nós íamos conversar com os paulistas para saber como se fazia Sociologia, que a gente queria aprender. Enfim, eu tenho uma relação pessoal

---

[31] Em 1991, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República firmara um Convênio de Execução Técnica com o IBGE visando a realização de estudos iniciais de zoneamento ecológico-econômico da Amazônia Legal para identificar a situação ambiental da região e indicar áreas de atuação governamental, com vistas à ordenação daquele território. Em 1993, foram publicados os conceitos e premissas básicas do projeto, em: DIAGNÓSTICO ambiental da Amazônia Legal: nota técnica. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81215.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

de contato, na área de Ciências Sociais, com o Fernando Henrique, de muito tempo. Nunca fui íntimo assim, amigo de copa e cozinha, mas eu tenho uma relação boa com ele, como sempre tive, e continuo tendo.

ISSO AJUDOU QUANDO O SENHOR FOI PRESIDENTE DO IBGE?

Ajudou menos do que eu gostaria que ajudasse. Essa é uma das queixas que eu tenho. Apesar dessa relação, eu na Presidência estive com ele várias vezes. Uma vez, ele me convidou para almoçar com ele no [Palácio da] Alvorada. Na verdade, eu nunca consegui convencê-lo a olhar o IBGE com um olhar mais privilegiado. Toda essa tentativa de mudar a estrutura, de fortalecer a área, de aumentar a cabeça do IBGE. Eu tentei isso com os diferentes Ministros da época, e sempre a resposta era "não", "o governo não pode aumentar gasto", "não pode fazer nada", "não pode mexer em nada"; e nunca chegava a ele, e ele nunca tomou decisão nenhuma sobre isso.

MAS O SENHOR ENTREGOU PARA O FHC UM DOSSIÊ SOBRE O IBGE?

Sim, tem uma história muito curiosa, porque eu entreguei para ele o dossiê. Acho que foi nesse dia que ele me convidou para ir ao Palácio [da] Alvorada. Creio que alguém foi dizer para ele que eu estava meio ressentido porque ele não estava prestando atenção ao IBGE. Ele me chamou, fui lá, almoçamos, sempre muito simpático, e aí deixei com ele esse dossiê, e ele entregou para o Ministro, e o Ministro mandou para mim, para eu opinar. Então, fez um círculo completo, caiu na minha mesa, e eu guardei numa gaveta: bom, isso não tem futuro. Essa foi a história. Na verdade, o meu contato mais importante no governo nem era o Fernando Henrique, era o Vilmar Faria[32]. O Vilmar Faria era Assessor do Fernando Henrique no governo, para a área social, e todas as questões que tinham a ver diretamente com o IBGE, eu tratava com ele. O Vilmar Faria faleceu, ainda no Governo Fernando Henrique. Ele tinha sido meu colega de faculdade, em Belo Horizonte. Eu tinha uma relação muito boa com ele. Então, eu tinha um acesso muito bom, a minha relação com o Fernando Henrique era muito cordial, com a Ruth também. Enfim, não posso me queixar do ponto de vista pessoal, mas, do ponto de vista institucional, eu nunca consegui que eles

---

[32] O sociólogo Vilmar Faria foi Assessor Especial da estrita confiança de Fernando Henrique Cardoso e responsável pela elaboração dos programas sociais do governo federal. Morreu em 28 de novembro de 2001, aos 59 anos, vitimado por um aneurisma.

olhassem para o IBGE. Penso que na época as prioridades eram outras. Eram sempre questões econômicas, relações internacionais. Existiam outras prioridades na cabeça, e isso não andou.

EU NÃO SEI SE O SENHOR SABE, MAS, NA ORIGEM, TEIXEIRA DE FREITAS IMAGINOU UM INSTITUTO QUE FOSSE DE ESTATÍSTICA E CARTOGRAFIA, E ELE FALAVA EM CARTOGRAFIA ESTATÍSTICA.

É, eu não conhecia essa história. É interessante porque a ideia de uma Cartografia Estatística é uma ideia muito clássica na área de Estatística. A Estatística você usa para entender e gerenciar o território. As duas coisas vêm juntas. A tradição europeia de estatística pública tem muito essa associação. Ainda que, hoje em dia, dessas três coisas que o IBGE supostamente juntava – a Estatística, a Geografia e a Informática –, o único país que tem um modelo igual ou parecido é o México, o Inegi [Instituto Nacional de Estadística y Geografía], que relaciona Estatística, Geografia e Informática, a mesma coisa. E o IBGE tinha esse elemento. O IBGE, teoricamente, coordenaria o sistema de Estatística, de Geografia, de Cartografia e Informática. Esse de Informática nunca andou também.

COM TODA ESSA DIFICULDADE DA GEOGRAFIA, DA CARTOGRAFIA, DADA A SIGLA, ENFIM, COMO É QUE O SENHOR VÊ, HOJE, O QUE SERIA AFINAL UM INSTITUTO QUE JUNTA O E COM O G?

Eu não acho que tem sentido, acho que não tem por que juntar. Quer dizer, hoje em dia, a área de Cartografia, a área de mapas tem uma tecnologia muito específica; ela é internacional, ela tem um componente militar muito importante, muito grande. Por mais que exista uma Comissão Nacional de Cartografia, que o IBGE presidia, na verdade os ministérios militares nunca entregaram isso ao IBGE, nem é de se esperar que fizessem isso. Então, não vejo razão para o IBGE ter essa atribuição, não tem por que juntar. O IBGE tem uma especialidade, que são as estatísticas econômicas e sociais, as estatísticas públicas básicas na área econômica e na área social, e já é muita coisa.

MAS A SOCIEDADE DEMANDA INFORMAÇÕES QUE TENHAM ESSA LIGAÇÃO DO SOCIAL COM O MEIO AMBIENTE?

Mas isso você tem, o Censo que o IBGE faz é completamente georreferenciado. Você pode analisar esses dados do ponto de vista espacial, sem nenhum

problema. Isso faz parte das metodologias que o IBGE utiliza. Cartografia é outra história. Você faz mapas para manter o registro do estado físico do País, você acompanha, é uma missão que o IBGE tem também – definir as fronteiras entre os municípios. E alguém tem que fazer isso, mas acho que é outra especialidade. Você pode botar aqui, mas é outro setor.

EM SUA OPINIÃO, O CÁLCULO DOS *ROYALTIES*[33] TAMBÉM NÃO DEVERIA ESTAR NO IBGE?

Não há por que ser o IBGE a fazer. Até pode, eu não digo que não possa, não digo que tem que ser. Você pode decidir: bom, esse órgão aqui vai fazer. Quem vai definir as linhas de fronteiras, a disputa que na época havia entre o Paraná e outro estado, sobre onde passa a linha que divide o mar, para saber de quem são os *royalties*? Por que o IBGE que tem que fazer isso? Por que tem que cair dentro do IBGE? Eu não sei se tem que cair. Era uma missão. Então, tem um setor cuidando disso. Também não é uma coisa impeditiva. Mas a missão básica de produção de estatísticas públicas, na área econômica e na área social, acho que é o *core*, que é o centro de atividades do Instituto.

UM DOS PASSOS IMPORTANTES NA SUA GESTÃO TAMBÉM FOI A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESTATÍSTICA – CONFEST. QUAL É O BALANÇO QUE O SENHOR FAZ DA REALIZAÇÃO DA CONFEST, NA ÉPOCA?

A Confest acabou dando um resultado que me pareceu um pouco frustrante, porque a gente não conseguiu registrar uma publicação consistente, com o resultado da Confest. Por uma razão interna, não teve continuidade. A gente foi, organizou; foi importante na época; foi uma coisa que trouxe muita gente, muita gente internacional; a reunião foi importante; foram discutidas muitas coisas; mas não ficou muito registro disso, não. Foi por uma falha minha, ou porque as pessoas que estavam envolvidas no trabalho da Confest depois não continuaram. Enfim, houve algum problema aí. Eu não sei muito bem o que aconteceu, mas tenho certa lembrança de que tinha muita gente dentro

---

[33] Em relação à distribuição dos *royalties* de petróleo explorado na plataforma continental brasileira, conforme a Lei n. 7.525, de 22.07.1986, e o Decreto n. 93.189, de 29.08.1986, cabe ao IBGE determinar, segundo a linha geodésica ortogonal à costa ou segundo o paralelo, quais municípios litorâneos são confrontantes com os poços produtores, utilizando coordenadas encaminhadas oficialmente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, e identificar as áreas geoeconômicas dos municípios confrontantes com os poços produtores, conceito introduzido pela Lei n. 7.453, de 27.12.1985.

do IBGE que era contra esse projeto da CONFEST. Creio que houve resistências aqui dentro. Inclusive, as pessoas que eu decidi que iam coordenar o trabalho da CONFEST eram pessoas que tinham conflitos pessoais dentro do Instituto[34]. Houve um problema na área de pesquisas, de conflito de pessoas, e acho que talvez isso explique o fato de que, uma vez passado o evento, ele foi meio que abandonado, e eu não acompanhei.

O QUE O SENHOR DIRIA DE POSITIVO, ENTÃO, DA CONFEST?

Creio que de positivo foi: a gente trouxe muita gente, colocou temas da Estatística em realce, veio gente de outros países também. A ideia era essa: levantar os problemas, realçar a importância das estatísticas públicas, discutir seu estado, o que estava acontecendo. Mas, enfim, o resultado acabou ficando na Conferência mesmo, não teve uma continuidade.

EM SUA OPINIÃO, O GOVERNO BRASILEIRO TEM CLAREZA DO PAPEL DO IBGE?

Não, acho que não. A visão dos governos, e isso vale também para o Governo Fernando Henrique, vale para o Governo atual, o Governo Lula etc., é que o IBGE é uma repartição pública como outra qualquer. Creio que essa que é a visão, e que isso na verdade não mudou muito.

QUAL A AVALIAÇÃO QUE O SENHOR FAZ DOS SEGUINTES PARCEIROS: O GOVERNO, A SOCIEDADE E A IMPRENSA?

Creio que o governo é isso. Só para completar um pouco: apesar de o governo considerar o IBGE uma repartição, o IBGE tem uma tradição de ser um órgão respeitado, com autonomia, e o governo não interfere no IBGE, como formalmente poderia, porque há um certo entendimento de que isso tem um custo muito grande, é muito complicado, não é uma coisa que se faça. Em vários momentos, o governo, tanto na época do Fernando Henrique quanto do Governo Lula, foi muito generoso em dar recursos para o IBGE na época de

[34] A responsável pela Secretaria Executiva da Comissão Organizadora do IBGE, na III CONFEGE e IV CONFEST, era a servidora Luisa Maria La Croix. A Comissão de Programa da CONFEST era composta pelos seguintes especialistas: José Alberto Magno de Carvalho (UFMG), José Márcio Camargo (PUC/RJ), Lenildo Fernandes Silva (IBGE), Tereza Cristina Nascimento Araújo (IBGE), Vilmar Evangelista Faria (Assessoria Especial da Presidência da República) e Wilton de Oliveira Bussab (FGV/SP). A Comissão de Programa da CONFEGE era composta por: Cesar Ajara (IBGE), Denizar Blitzkow (USP), Jorge Marques (UFRJ), Lia Osório (UFRJ), Mauro Pereira de Mello (IBGE), Speridião Faissol (UERJ) e Trento Natali Filho (IBGE).

Censos, na época importante. Nesse sentido, o IBGE se beneficiou. Depois, teve problemas, teve cortes. Isso também tem a ver com o momento: se tem menos dinheiro, então, corta-se. Toda essa discussão que eu tentei trazer na época, de como é que você dá maior institucionalidade, como é que você dá mais autonomia, como é que você reforma a Instituição, creio que nenhum governo viu e deu importância para ela. Creio que a sociedade e a imprensa têm uma relação boa. A imprensa, tradicionalmente, sempre tem uma relação boa com o Instituto, divulga muito as coisas do Instituto, dá muito destaque, também porque é um material bom de imprensa, é um material bom para divulgar. Penso que o IBGE é uma instituição respeitada na sociedade. Eu nunca vi uma pesquisa perguntando especificamente, mas dá um pouco a sensação de que as pessoas diriam que o IBGE é uma das agências respeitáveis do governo, com credibilidade.

O QUE MOTIVOU A SUA SAÍDA DO IBGE?

Eu fiquei no IBGE cinco anos. No final do Governo Fernando Henrique, creio que a gente já tinha conseguido algumas coisas, e não outras. Já haviam ocorrido as mudanças tecnológicas, a mudança para a Avenida Chile; enfim, a organização interna acho que estava funcionando bem. Nas Diretorias, as pessoas estavam trabalhando e funcionando. O Instituto estava bem, tanto quanto podia. Por outro lado, eu não via no governo nenhuma intenção de ir além disso. Então, achei que eu não tinha mais função. As funções rotineiras do IBGE não precisavam mais de mim. A única coisa que eu precisava fazer era, de vez em quando, apagar um incêndio: "Ah, o dinheiro não veio. Precisa falar com alguém em Brasília". Eu pegava o telefone, se fosse o caso, pegava o avião e ia para Brasília quando acontecia isso, mas era só. Todo dia a dia, o IBGE funcionava, as Diretorias, a Diretoria-Executiva, as coisas andavam; eu não tinha muito o que fazer no final. Como os projetos de mudança institucional não tiveram recepção nenhuma do governo, achei que eu não tinha mais função, estava na hora de fazer outras coisas.

E O "A MAIS" QUE PRECISAVA SER FEITO JÁ LHE COBRARIA UMA ROTINA MAÇANTE, NÃO?

O dia a dia para mim nem tinha rotina, sobretudo depois que Nuno Bittencourt assumiu a Diretoria-Executiva. Nuno é um excelente gestor, fazia as coisas muito bem, e praticamente tocava o IBGE sozinho, não precisava de mim.

NO SEU DISCURSO DE DESPEDIDA, O SENHOR FOI APLAUDIDO PELOS TÉCNICOS DA CASA, COISA QUE NA HISTÓRIA DO IBGE É MUITO RARA. A QUE O SENHOR ATRIBUI ESSE GESTO?
Não sei. Creio que uma das coisas que foram boas nesse tempo foi que eu consegui estabelecer uma relação muito boa com a equipe técnica do Instituto. Eu tinha uma boa relação. Era uma coisa de respeito. Às vezes, concordavam comigo; às vezes, não concordavam, mas tinham liberdade para discordar. Havia um clima de trabalho em equipe, um compromisso com a Instituição. A recíproca era verdadeira, eu sempre respeitei muito e admirei muito o pessoal que estava e continua no IBGE; um pessoal muito dedicado à sua profissão, à sua missão. Então, creio que houve esse bom relacionamento. Também foi uma época em que a gente conseguiu uma série de coisas, recuperar a imagem do Instituto, uma série de mudanças. Eu saí me sentindo bem nesse sentido. Continuei com uma relação muito boa com a Instituição depois disso.

COMO O SENHOR IMAGINA O FUTURO DO IBGE?
Olha, não é diferente do que a gente falou até agora. A ideia de uma instituição mais tecnicamente competente, com autonomia, com capacidade de formulação, interpretação e análise dos dados que produz; um órgão que atende a sociedade como um todo, não somente o governo; com flexibilidade para usar bem os recursos públicos que recebe, com flexibilidade e eficiência. Creio que é isso, não é diferente do que eu pensava antes.

AS QUESTÕES TECNOLÓGICAS E METODOLÓGICAS COMO, POR EXEMPLO, O *BIG DATA*, PODEM INFLUENCIAR O FUTURO DA INSTITUIÇÃO?
Penso que sim. Do ponto de vista organizacional, se naquela época já achava que a estrutura do IBGE, das Agências municipais, eram obsoletas, hoje são muito mais obsoletas ainda. Penso que se avançou no uso dos registros administrativos. Pode avançar muito mais. Eu, inclusive, não sou um especialista em informática. Eu acompanho, mas, certamente, há muito mais coisas que se possa fazer no sentido de avançar, de poder atender melhor as diferentes demandas da sociedade, com mais eficiência, com mais rapidez. Enfim, creio que tem muita coisa a ser feita nesse ponto de vista.

ESSE É O DESAFIO PARA O IBGE DO FUTURO?
Penso que a tendência é cada vez mais fazer o uso das informações disponíveis, de todos os setores, para poder ser um centro de geração de informações de

maneira inteligível, accessível, usável pelo público. E, ao mesmo tempo, usando os recursos para juntar as informações, processar e devolver para a sociedade. Eu me lembro de que uma das coisas que eu aprendi no IBGE foi que muitos países já não fazem mais Censos Demográficos, porque têm os registros permanentemente atualizados. Então, no momento em que você não precisa fazer mais Censo, porque você tem as informações todas em tempo real, essas coisas apontam no sentido de uma agência menor, mais enxuta, mais eficiente, que seja capaz de acompanhar as mudanças tecnológicas que acontecem no mundo todo, e responder melhor por tudo isso.

POUCAS INSTITUIÇÕES NO PAÍS CHEGAM AOS 80 ANOS COMO O IBGE, QUE ESTÁ COMPLETANDO SEUS 80 ANOS EM 2016. UMA INSTITUIÇÃO FORTE E CONFIÁVEL, COMO SE COLOCA. EM SUA OPINIÃO, O QUE CONTRIBUIU PARA ISSO?

Penso que o IBGE conseguiu uma continuidade do seu núcleo técnico profissional. Com todas as idas e vindas, o IBGE sempre manteve certa permanência de um núcleo, que é o pessoal que desenvolveu as pesquisas institucionais, que desenvolveu o sistema e que deu continuidade a isso. Tenho a impressão de que isso é uma coisa que, nessa instabilidade do Brasil, onde se criam e fecham instituições todo o tempo, dá uma continuidade, dá uma espinha dorsal, faz do IBGE um órgão que é mais protegido na medida em que as pessoas respeitam isso também. Eu não sei bem se é isso, mas tenho a impressão de que é uma coisa que contribui. Quando cheguei, falava-se que o IBGE estava em crise, mas encontrei um corpo técnico dedicado, competente, interessado, que sabia das coisas, que já estava aqui há muito tempo e que continuou. Eu lamento não ter podido trazer mais gente, reforçar e renovar esse corpo técnico. Mas estavam aí, e foi esse pessoal que fez o trabalho, quer dizer, eu ajudei no que eu pude, mas é esse pessoal que carrega o piano.

EM SUA OPINIÃO, QUAL A IMPORTÂNCIA DO IBGE PARA O PAÍS?

Acho muito importante. Cada vez mais você precisa ter estatísticas públicas confiáveis e para todo mundo. As pessoas precisam saber, o governo precisa saber, internacionalmente ter uma imagem do País, as pessoas precisam saber o que está acontecendo, porque isso é que permite você dialogar, negociar, se apresentar, enfrentar seus problemas. Então, você tem que ter alguém que esteja produzindo essas informações e dando uma garantia de que são informações valiosas, que são fidedignas, confiáveis. Então, você precisa de uma instituição que faça isso.

Se não houver uma instituição assim, o que você vai fazer com a economia? A inflação é 10% ou 30% ou 5%? Quantos pobres há? Enfim, para cada uma dessas coisas você precisa ter alguém que seja capaz de responder a isso de maneira crível, que as pessoas possam confiar, que haja uma resposta competente, séria, responsável. Acho que a Instituição tem esse papel. Esse lugar é o lugar dela, de fazer isso.

NUM DOS SEUS TEXTOS, O SENHOR ESCREVE QUE AS INSTITUIÇÕES QUE PRODUZEM ESTATÍSTICAS BÁSICAS SÃO OS ESPELHOS DOS SEUS PAÍSES. COMO O SENHOR SE INSPIROU NESSE ESPELHO?

Você está me fazendo pensar agora, quer dizer, eu não sei. Eu fico imaginando. Como é que é o meu país? Como é que eu olho para saber como é o meu país? Eu tenho que ter um lugar que eu chego lá, olho e vejo. Então, como é que você sabe se é um país rico, um país pobre, um país desigual, é um país heterogêneo? E os dados é que te dão isso. É para eles que você olha para saber como é que você é como país. Acho que essa é que é a ideia.

SE O SENHOR OLHASSE NO ESPELHO A SUA GESTÃO, O QUE REFLETIRIA?

Creio que há uma ideia da recuperação do Instituto, a revalorização do Instituto, o reposicionamento, estar mais contemporâneo. Acho que foi isso.

ISSO TEVE CONTINUIDADE?

Creio que sim. Penso que o IBGE não andou para trás. Teve alguns avanços, principalmente na área de informatização. Por exemplo, o Censo 2010 é incomparável com o que foi feito antes. Enfim, acho que houve muito avanço. Também acho que o formato institucional não melhorou muito, como deveria ter melhorado. Também acho que ele não se renovou, não se qualificou como deveria ter se qualificado. A ENCE – nós começamos a conversa com ela – avançou, mas não suficientemente. Acho que tem um caminho pela frente ainda.

Foto: Licia Rubinstein